

Claudio Noel de Toni Junior



COLETÂNEA DISCURSIVA:
QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA
NA CONTEMPORANEIDADE

Claudio Noel de Toni Junior

**COLETÂNEA DISCURSIVA:
QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA NA
CONTEMPORANEIDADE**



**Fortaleza - CE
2025**

© Copyright 2025 - Todos os direitos reservados.

FICHA TÉCNICA:

Editor-chefe: Vanques de Melo

Diagramação: Vanques Emanuel

Capa: Autores

Produção Editorial: Editora DINCE

Revisão: Autores

CONSELHO EDITORIAL:

Dr. Felipe Lima Gomes (Mestre e doutor pela UFC)
Prof. e Ma. Karine Moreira Gomes Sales (Mestra pela UECE)

Francisco Odécio Sales (Mestre pela UECE)

Ma. Roberta Araújo Formighieri

Dr. Francisco Dirceu Barro

Prof. Raimundo Carneiro Leite

Eduardo Porto Soares

Alice Maria Pinto Soares

Prof. Valdeci Cunha

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

TONI JUNIOR, Claudio Noel de.

COLETÂNEA DISCURSIVA: QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA NA
CONTEMPORANEIDADE

Editora DINCE, 2025 – 105p - Impresso

ISBN: 978-65-5740-115-6

1 Direitos Humanos 2. Gênero 3. Raça 1. Título

Todos os direitos reservados. Nenhum excerto desta obra pode ser reproduzido ou transmitido, por quaisquer formas ou meios, ou arquivado em sistema ou banco de dados, sem a autorização de idealizadores; permitida a citação

NOTA DA EDITORA

As informações e opiniões apresentadas nesta obra são de inteira responsabilidade do(s) autor (es).

A DIN.CE se responsabiliza apenas pelos vícios do produto no que se refere à sua edição, considerando a impressão e apresentação. Vícios de atualização, opiniões, revisão, citações, referências ou textos compilados são de responsabilidade de seu(s) idealizador (es).

Impresso no Brasil

Impressão gráfica: **DIN.CE**

CENTRAL DE ATENDIMENTO:

Tel.: (85) 3231.6298 / 9.8632.4802 (WhatsApp)

Av. 2, 644, Itaperi / Parque Dois Irmãos – Fortaleza/CE

SINOPSE

No primeiro capítulo, o autor explora a experiência de Clarissa Dalloway, que enfrenta crises existenciais e reflexões sobre sua identidade. A obra revela como as pressões sociais e as expectativas de gênero podem impactar a saúde mental das mulheres, uma questão que permanece relevante até os dias de hoje.

O início do século XX foi também um período de transformação cultural, com o surgimento de novas ideias e movimentos artísticos que desafiavam as normas estabelecidas. O modernismo, do qual Woolf é uma figura central, buscava romper com as tradições literárias e explorar novas formas de expressão.

O segundo artigo aborda como as questões da modernidade não alterou as relações humanas na sociedade contemporânea, estando cada vez mais frias e subjetiva em si mesmas, individualistas e com pouca ou nenhuma preocupação com o outro e que nem mesmo o capital social e econômico a nível micro e macroeconômica foram suficientes para trazer satisfação a vida das pessoas.

O terceiro capítulo menciona a interconexão entre raça e gênero em que as estruturas de poder e dominação contra as minorias ainda são um empecilho nas relações de biopoder do Fazer Viver ou Deixar Morrer na abordagem de Michel Foucault, e encontramos barreiras para que possamos ter igualdade entre gênero e raça, ainda prevalecendo a supremacia

heteropatriarcal de dominação, fato que leva instituições como o Supremo Tribunal Federal (STF) a equiparar o crime de racismo a homo transfobia através de ações julgadas na corte superior brasileira.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - “MRS DOLLAWAY” EM VIRGINIA WOOLF: O FEMININO E O SER MULHER NA RELAÇÃO COM O GÊNERO	9
CAPÍTULO 2 - CAPITAL SOCIAL E AS RELAÇÕES HUMANAS: PORQUÊ O CAPITAL E A MODERNIDADE NÃO TROUXERAM SATISFAÇÃO PARA A VIDA DAS PESSOAS?	41
CAPÍTULO 3 - RAÇA E GÊNERO: A EQUIPARAÇÃO DE IDENTIDADES NO DISCURSO CONTEMPORÂNEO	
SOBRE O AUTOR	105

CAPÍTULO 1

“MRS DOLLAWAY” EM VIRGINIA WOOLF: O FEMININO E O SER MULHER NA RELAÇÃO COM O GÊNERO

RESUMO

O romance se desenrola em um único dia, mas os pensamentos e memórias de Clarissa nos transportam para diferentes momentos de sua vida, revelando como suas experiências passadas influenciam seu presente. Clarissa vive uma constante luta entre o desejo de liberdade e as limitações impostas pelo seu papel como esposa e mãe na sociedade britânica do início do século XX. Sua reflexão sobre a festa que está organizando serve como um catalisador para revisitar decisões tomadas ao longo da vida. O objetivo do artigo é discutir a sociedade britânica na Era Vitoriana era marcada por um conjunto rigoroso de tradições e normas sociais que moldavam o comportamento dos indivíduos, especialmente no que diz respeito às relações de gênero, classe e moralidade. Essas convenções eram fundamentais para a manutenção da ordem social e refletiam os valores da época, como a decência, a modéstia e o respeito à hierarquia. O artigo em sua metodologia não se restringe apenas a obra e sim sua interação social que a mesma trouxe em outros espaços heterotópicos como no Brasil sobre temas como o gênero e a loucura

PALAVRAS-CHAVE: Busca da felicidade. Discurso da Era Vitoriana. Desigualdades sociais e de gênero.

INTRODUÇÃO

O ideal vitoriano da "dama" promovia uma imagem de pureza e submissão, onde as mulheres eram vistas principalmente como esposas e mães. A educação feminina era limitada, focando em habilidades domésticas e na arte de agradar aos homens. Essa visão é exemplificada na personagem Clarissa Dalloway, que se debate entre suas aspirações pessoais e as exigências impostas pela sociedade patriarcal. As mulheres, em particular, estavam sujeitas a um conjunto estrito de expectativas, conforme Smith (2010).

As normas sociais vitorianas enfatizavam a importância das classes sociais. A mobilidade social era restrita; portanto, o status econômico determinava não apenas o estilo de vida, mas também as interações sociais. Os personagens como Richard Dalloway representam essa elite que se apega às convenções sociais para manter sua posição privilegiada. As festas e eventos sociais eram oportunidades cruciais para reforçar essas hierarquias de acordo com Foucault (2014).

A saúde mental também era um tema delicado durante este período. A forma como Septimus Warren Smith é tratado ilustra a falta de compreensão sobre questões psicológicas na sociedade vitoriana. O papel da mulher na sociedade britânica durante a Era Vitoriana foi profundamente influenciado por normas sociais rígidas que definiram suas funções e

expectativas. As mulheres eram frequentemente vistas como figuras centrais no lar, responsáveis pela educação dos filhos e pela manutenção do ambiente familiar, enquanto os homens eram considerados os provedores financeiros. Essa divisão de papéis refletia uma ideologia patriarcal que limitava as oportunidades das mulheres em diversas esferas da vida pública e profissional.

A educação feminina era predominantemente voltada para o desenvolvimento de habilidades domésticas, como costura, culinária e etiqueta social. Embora algumas mulheres de classes mais altas tivessem acesso à educação formal, essa era geralmente restrita a disciplinas consideradas apropriadas para o sexo feminino, como música e literatura. A ideia de que as mulheres deveriam ser "anjos do lar" reforçava a crença de que seu valor estava intrinsecamente ligado à sua capacidade de serem esposas e mães exemplares (Jones, 2015).

Apesar dessas limitações, muitas mulheres começaram a desafiar essas normas ao longo do período vitoriano. Movimentos sociais emergentes, como o sufrágismo, ganharam força à medida que as mulheres lutavam por direitos básicos, incluindo o direito ao voto e acesso à educação superior. Figuras proeminentes como Emmeline Pankhurst se tornaram símbolos dessa luta pela igualdade de gênero, inspirando gerações futuras a questionar as convenções estabelecidas.

Além disso, a literatura vitoriana frequentemente refletia as tensões enfrentadas pelas mulheres em busca de autonomia. Autoras como George Eliot e Charlotte Brontë exploraram temas relacionados à identidade feminina e às limitações impostas pelo patriarcado em suas obras. Essas narrativas não apenas proporcionaram uma voz às experiências

femininas mas também ajudaram a moldar um novo entendimento sobre o papel das mulheres na sociedade.

Questão suscitada na obra de Toni Junior (2024) é que o ser mulher não está associado ao biológico do ser humano, sendo uma tendência de cunho cultural e existencial de pertencimento do sujeito no gênero que ele escolhe viver quando se percebe mulher mesmo que biologicamente está em um corpo de homem, sendo uma transição natural e cultural entre as interfaces dos corpos onde o gênero não é estático, ele é múltiplo de singularidades de cada pessoa. Da mesma forma que, ninguém nasce mulher, se torna mulher é uma expressão usada por Beauvoir (2008), onde é o sujeito pela livre escolha que escolhe como quer viver em sociedade, se como mulher e homem, diferenciando sexo do gênero.

REFERENCIAL TEÓRICO

Quem é quem na Obra ‘Mrs. Dollaway’.

A figura de Clarissa Dalloway, protagonista da obra de Virginia Woolf, é um retrato complexo e multifacetado que reflete as tensões internas de uma mulher em busca de identidade em um mundo repleto de expectativas sociais. Sua vida, marcada por escolhas que a levaram a um estado de introspecção profunda, revela não apenas suas inseguranças, mas também o peso das convenções patriarcais que moldam sua existência.

Ela questiona se realmente fez as escolhas certas ou se se conformou com o que era esperado dela. Essa dualidade é

simbolizada pela sua relação com Septimus Warren Smith, outro personagem central da narrativa, cuja luta contra os traumas da guerra contrasta com a superficialidade das interações sociais nas quais Clarissa está imersa.

Lady Bradshaw representa a perspectiva médica predominante que muitas vezes desconsiderava as experiências subjetivas dos pacientes em favor de diagnósticos simplistas baseados nas normas vigentes. Por fim, a obra de Virginia Woolf não apenas retrata essas tradições e normas sociais, mas também questiona sua validade através das experiências internas dos personagens.

A luta contra essas convenções é evidente nas reflexões de Clarissa sobre sua vida e nas interações com figuras mais jovens como Ellie Henderson, que simboliza uma nova geração disposta a desafiar os padrões estabelecidos.

Lady Bradshaw simboliza o papel da mulher na sociedade vitoriana: embora tenha conquistado um espaço no campo médico, ainda opera dentro dos limites impostos por um sistema dominado por homens. Sua posição revela as contradições enfrentadas pelas mulheres profissionais que buscavam afirmar sua autonomia em um mundo que frequentemente as marginalizava.

Dessa forma, através da personagem de Lady Bradshaw, Virginia Woolf não apenas critica o tratamento psiquiátrico vigente, mas também provoca reflexões sobre gênero, poder e a necessidade urgente de uma abordagem mais humanizada na saúde mental (Woolf, 1925).

A protagonista é constantemente confrontada com os papéis tradicionais de esposa e mãe, que muitas vezes se

sobrepõem ao seu desejo por liberdade e autenticidade. A relação de Clarissa com sua família é marcada por uma ambivalência significativa. Seu casamento com Richard Dalloway, embora respeitoso, carece da profundidade emocional que ela anseia.

Richard representa a segurança financeira e social, mas também simboliza as limitações impostas pelo matrimônio convencional. Essa dinâmica é evidenciada nas reflexões de Clarissa sobre sua juventude e suas paixões perdidas, como Peter Walsh, cuja presença evoca um passado nostálgico e possibilidades de conveniência do *status quo* entre elite e plebe, conforme Brown (2020).

A figura de Septimus representa uma forma extrema desse espiral autodestrutivo. Ele é um veterano da Primeira Guerra Mundial que sofre com os traumas psicológicos resultantes do conflito. Sua incapacidade de se conectar com o mundo ao seu redor culmina em uma crise existencial que o leva ao suicídio. A tragédia de Septimus serve como um alerta sobre os perigos da desconexão emocional e da falta de compreensão social em relação à saúde mental. Woolf utiliza sua história para criticar uma sociedade que ignora ou marginaliza aqueles que não se encaixam nos padrões normativos.

A figura de Hugh Whitbread em "“Mrs. Dalloway”" representa não apenas um personagem, mas uma personificação das convenções sociais que regem a elite britânica do início do século XX. Ele é um símbolo das normas rígidas e das expectativas que permeiam a vida dos membros da alta sociedade, refletindo a superficialidade e o conservadorismo que caracterizam esse grupo social.

Whitbread, como amigo de longa data de Clarissa Dalloway, encarna a hipocrisia e o conformismo da elite. Sua preocupação excessiva com as aparências e seu comportamento protocolar revelam uma vida pautada por convenções sociais que muitas vezes se sobrepõem à autenticidade emocional. Através dele, Virginia Woolf critica a maneira como essas normas limitam não apenas os indivíduos, mas também as relações interpessoais.

O diálogo entre Clarissa e Hugh ilustra essa dinâmica: enquanto ela busca significado em suas experiências pessoais, ele permanece preso às expectativas sociais que ditam seu comportamento. Whitbread serve como um contraste ao espírito mais livre de Clarissa.

Enquanto ela anseia por conexões emocionais genuínas e pela liberdade de ser quem realmente é, Hugh representa aqueles que se conformam com os papéis tradicionais impostos pela sociedade. Essa dualidade entre os personagens destaca a luta interna enfrentada por muitos na elite: o desejo de se libertar das amarras sociais versus a pressão para manter uma imagem pública impecável.

A presença de Whitbread também ressalta questões relacionadas ao gênero e à classe social. Como homem da elite, ele possui privilégios que lhe permitem navegar pelas convenções sem questioná-las profundamente. Isso contrasta com as limitações enfrentadas por mulheres como Clarissa, cuja busca por identidade é frequentemente sufocada pelas expectativas patriarcais. Woolf utiliza essa relação para explorar as tensões entre os gêneros dentro do contexto social da época.

Hugh Whitbread não é apenas um reflexo das convenções da elite; ele também serve como um veículo para

Woolf criticar as estruturas sociais opressivas que moldam vidas e identidades. Sua interação com outros personagens revela as complexidades das dinâmicas familiares e sociais em uma era marcada pela transição cultural pós-guerra.

Elizabeth Dalloway encarna uma geração à beira de grandes mudanças sociais. Sua jornada reflete as lutas internas das mulheres diante das expectativas externas e destaca a necessidade urgente de redefinir papéis dentro da estrutura familiar contemporânea. Woolf nos convida a considerar não apenas o impacto das normas sociais na vida individual de Clarissa, mas também as possibilidades emergentes para futuras gerações.

Conexões entre os Personagens

A interconexão entre os personagens em “Mrs. Dalloway” é fundamental para a compreensão da obra, pois revela as complexidades das relações humanas e a influência que cada indivíduo exerce sobre o outro. Clarissa Dalloway e Septimus Warren Smith, embora não se conheçam diretamente, estão ligados por suas experiências de vida e pela busca de significado em um mundo que frequentemente parece indiferente. Essa conexão implícita destaca como as vidas podem se entrelaçar de maneiras inesperadas, refletindo a interdependência da sociedade.

Clarissa representa a busca por autenticidade em meio às convenções sociais, enquanto Septimus encarna o sofrimento causado pela guerra e pela alienação. Ambos os personagens

enfrentam crises existenciais que os levam a questionar suas identidades e escolhas.

Através dos pensamentos de Clarissa sobre sua festa, ela reflete sobre o valor das conexões humanas, percebendo que mesmo uma simples reunião pode ser um espaço de revelação pessoal e vulnerabilidade. Por outro lado, Septimus vive uma realidade distorcida pela sua experiência traumática na Primeira Guerra Mundial, onde sua luta interna é exacerbada pelo desprezo da sociedade por aqueles que sofrem com problemas mentais.

A relação entre Clarissa e Septimus também pode ser vista como uma crítica à superficialidade das interações sociais na Londres do início do século XX. Enquanto Clarissa tenta criar laços significativos através de sua festa, Septimus simboliza aqueles que são deixados à margem dessa sociedade ostensiva e opressiva simultaneamente. Woolf utiliza essa dualidade para explorar temas como solidão e pertencimento; ambos os personagens anseiam por conexão, mas encontram barreiras intransponíveis devido às suas circunstâncias pessoais.

Além disso, outros personagens como Richard Dalloway e Sally Seton também desempenham papéis importantes nas dinâmicas sociais apresentadas na narrativa. Richard representa a segurança convencional que muitas vezes sufoca a individualidade de Clarissa, enquanto Sally simboliza a liberdade e o espírito rebelde da juventude dela. Essas relações multifacetadas enriquecem a narrativa ao mostrar como cada personagem influencia as percepções dos outros sobre si mesmos e sobre o mundo ao seu redor.

A Visão da Sociedade sobre a Loucura e a guerra.

A visão da sociedade sobre a loucura é um reflexo de uma complexa intersecção entre cultura, História e Ciência. Ao longo dos séculos, as percepções acerca das doenças mentais evoluíram, mas ainda permanecem impregnadas de preconceitos e estigmas que dificultam a aceitação e o tratamento adequado dos indivíduos afetados.

Essa visão distorcida não apenas marginaliza os portadores de transtornos mentais, mas também perpetua um ciclo de exclusão social. Historicamente, a loucura foi frequentemente associada ao sobrenatural ou à punição divina. Em muitas culturas antigas, aqueles que apresentavam comportamentos considerados "anormais" eram vistos como possuídos ou amaldiçoados (Foucault, 2019).

Com o avanço da medicina e da psicologia no século XIX, começou-se a entender melhor as condições mentais como doenças que requerem tratamento. No entanto, essa mudança não eliminou os preconceitos; pelo contrário, muitos ainda veem a loucura como uma fraqueza moral ou falha de caráter.

O impacto do estigma se reflete nas interações sociais cotidianas. Muitas pessoas evitam discutir saúde mental abertamente devido ao medo do julgamento ou da discriminação. Isso resulta em um ambiente onde os indivíduos se sentem isolados e relutantes em buscar ajuda profissional. A internalização desse estigma pode levar à autoestigmatização, onde os próprios afetados se veem como inferiores ou indesejáveis (Brown, 2020).

A Era Vitoriana, conforme Blum (2006) foi marcada por uma série de conflitos, sendo a Guerra da Crimeia (1853-1856) um dos mais significativos. Este conflito não apenas moldou a política britânica, mas também teve impactos profundos na vida cotidiana da população. A guerra trouxe à tona questões sobre o papel do exército e a percepção pública sobre os soldados, alterando a forma como as pessoas viam o serviço militar e suas consequências sociais.

Um dos efeitos mais visíveis da guerra foi a mudança nas representações dos soldados na mídia e na literatura. O heroísmo e o sacrifício dos combatentes passaram a ser exaltados, criando uma nova narrativa que glorificava o serviço militar. Isso se refletiu em obras literárias e artísticas que celebravam os feitos dos soldados, promovendo um sentimento de orgulho nacional.

Campanhas de arrecadação de fundos para apoiar os feridos e suas famílias tornaram-se comuns, envolvendo toda a sociedade em um esforço coletivo para ajudar aqueles que haviam servido ao país. A vida das mulheres também foi profundamente afetada pela guerra.

Com muitos homens indo para o *front*, as mulheres assumiram papéis tradicionalmente masculinos em fábricas e no campo. Essa mudança não apenas desafiou as normas sociais vigentes, mas também abriu novas oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho.

Organizações femininas começaram a surgir com o objetivo de apoiar os soldados e suas famílias, levando à formação de redes sociais que contribuíram para a emancipação feminina nas décadas seguintes. As consequências psicológicas

da guerra foram sentidas em muitas comunidades (Walker, 2010).

O retorno de soldados traumatizados levou à necessidade crescente de cuidados médicos e apoio psicológico, algo que era praticamente inexistente até então. As discussões sobre saúde mental começaram a ganhar espaço na sociedade vitoriana, embora ainda houvesse estigmas associados ao tema.

Os impactos da guerra na vida cotidiana durante a Era Vitoriana foram multifacetados e complexos. Desde mudanças nas percepções sociais até transformações nos papéis de gênero e nas discussões sobre saúde mental, esses efeitos moldaram não apenas o presente imediato daquela época, mas também influenciaram futuras gerações em sua busca por igualdade e reconhecimento social (Walher, 2010).

A intersecção entre as vidas de Clarissa e Septimus destaca ainda mais essa espiral autodestrutiva: ambos compartilham uma sensação profunda de alienação, mesmo que suas experiências sejam radicalmente diferentes. Enquanto Clarissa busca significado nas convenções sociais, Septimus é consumido pela dor invisível da guerra.

Essa conexão trágica sugere que a verdadeira destruição pode ocorrer não apenas através da ação direta, mas também pela inação pelo silêncio imposto pelas normas sociais.

"“Mrs. Dalloway”" explora o espiral autodestrutivo como uma consequência das pressões externas e internas enfrentadas pelos indivíduos na sociedade moderna. Woolf convida o leitor a refletir sobre as complexidades da condição humana e as maneiras pelas quais podemos ser levados à beira do abismo por forças além do nosso controle.

O trauma da guerra é um tema central na narrativa de “Mrs. Dalloway”, especialmente através da figura de Septimus Warren Smith, um veterano da Primeira Guerra Mundial que simboliza as consequências devastadoras do conflito. A obra, ambientada em um período pós guerra, reflete a luta interna de indivíduos que enfrentam não apenas os horrores vividos no campo de batalha, mas também a incompreensão e o estigma associados às suas experiências traumáticas (Woolf, 1925).

Septimus é retratado como um homem dilacerado por suas memórias e alucinações, representando a realidade de muitos soldados que retornaram para uma sociedade que não sabia como lidar com os efeitos psicológicos da guerra. Sua condição mental deteriorada é exacerbada pela falta de apoio e compreensão dos que o cercam, incluindo sua esposa, Rezia, e profissionais de saúde mental como Lady Bradshaw. Essa desconexão entre o veterano e a sociedade ilustra uma crítica à forma como as instituições tratavam questões de saúde mental na época (Schmidt, 2010).

A experiência de Septimus Warren Smith em “Mrs. Dalloway” é marcada por delírios e alucinações que revelam a profundidade de seu sofrimento psicológico. Esses fenômenos não são meras manifestações de sua condição mental, mas sim reflexos da realidade distorcida que ele vive após a guerra. Através deles, Virginia Woolf explora a complexidade da mente humana e as consequências devastadoras do trauma.

Os delírios de Septimus frequentemente se manifestam como vozes e visões que o isolam ainda mais da realidade ao seu redor. Ele acredita estar em comunicação com os mortos, especialmente com seu amigo Evans, que morreu na guerra. Essa conexão imaginária serve como um mecanismo de defesa contra a dor insuportável da perda e do desespero.

A luta interna entre sua percepção da realidade e o mundo externo ilustra uma batalha constante entre sanidade e loucura, onde os limites se tornam cada vez mais tênues. As alucinações também desempenham um papel crucial na narrativa, pois elas não apenas refletem o estado mental deteriorado de Septimus, mas também questionam a própria natureza da realidade.

Woolf utiliza essas experiências para desafiar as normas sociais que marginalizam aqueles que sofrem de problemas mentais. O fato de Septimus ser incapaz de encontrar compreensão ou empatia em sua sociedade ressalta a alienação enfrentada por muitos veteranos na época, criando um paralelo entre suas experiências internas e a indiferença externa.

A relação entre delírios e alucinações em Septimus é emblemática das falhas do sistema médico da época, que muitas vezes tratava esses sintomas como simples patologias a serem eliminadas, sem considerar o contexto emocional profundo por trás deles.

A abordagem reducionista dos médicos reflete uma falta de sensibilidade às complexidades do trauma psicológico, levando à desumanização dos pacientes. Os delírios e alucinações vividos por Septimus Warren Smith não são apenas elementos trágicos de sua história pessoal; eles servem como uma crítica poderosa à forma como a sociedade lida com questões de saúde mental. Woolf nos convida a refletir sobre as realidades invisíveis que muitos enfrentam e destaca a necessidade urgente de empatia e compreensão nas interações humanas.

Através das experiências de Septimus, Woolf explora o conceito de "shell shock", termo utilizado na época para

descrever o trauma psicológico sofrido por soldados. As alucinações e delírios que ele enfrenta são manifestações tangíveis desse estado mental fragilizado

A narrativa revela como esses traumas podem se manifestar em comportamentos autodestrutivos e impulsos suicidas, refletindo uma luta constante entre a realidade interna do indivíduo e as expectativas sociais externas.

A relação entre Septimus e Clarissa Dalloway também é significativa; ambos compartilham uma sensação de alienação em suas respectivas vidas. Enquanto Clarissa busca significado em sua existência social superficial, Septimus representa a dor crua do ser humano marcado pela guerra. Essa interseção entre seus mundos destaca a fragilidade da vida humana diante das pressões sociais e das cicatrizes invisíveis deixadas pelo conflito (Costa, 2015).

Septimus tenta comunicar sua dor e confusão, mas suas tentativas são frequentemente mal interpretadas ou desconsideradas pelos outros. A figura da médica Bradshaw representa essa falha no sistema de saúde: ele aborda o sofrimento de Septimus com uma perspectiva reducionista, tratando-o como um mero caso clínico a ser resolvido, sem considerar as nuances emocionais e contextuais que permeiam sua condição.

Essa abordagem não só desumaniza o paciente, mas também reforça a ideia de que aqueles que sofrem de problemas mentais estão isolados em suas experiências. A busca por ajuda é ainda mais complicada pela falta de empatia e compreensão nas relações interpessoais. A esposa de Septimus, Clarissa Dalloway, embora preocupada com seu bem-estar, não consegue penetrar na profundidade do sofrimento dele. Isso ilustra como

mesmo os laços mais próximos podem ser insuficientes para oferecer o suporte necessário quando se trata de questões tão complexas quanto o trauma psicológico. Os estigmas associados à saúde mental representam um dos maiores obstáculos para a busca de tratamento e apoio por parte de indivíduos que enfrentam transtornos psicológicos. Este fenômeno social é caracterizado por preconceitos e discriminações que se manifestam em diversas esferas da vida, incluindo o ambiente familiar, profissional e social. (Schmidt, 2010).

A compreensão desses estigmas é crucial para promover uma abordagem mais inclusiva e empática em relação à saúde mental. Um dos principais fatores que perpetuam estigma é a falta de informação e educação sobre as condições mentais. Muitas pessoas ainda associam doenças mentais a fraquezas pessoais ou com comportamentos inadequados, ignorando suas raízes biológicas, psicológicas e sociais.

Essa visão distorcida não apenas marginaliza os indivíduos afetados, mas também impede que eles busquem ajuda adequada. Por exemplo, um estudo revelou que trabalhadores com problemas de saúde mental frequentemente optam por não relatar suas dificuldades devido ao medo de represálias ou demissões.

Essa autoestigmatização pode resultar em isolamento social e agravamento dos sintomas, criando barreiras adicionais para a recuperação. Para combater esses estigmas, é fundamental promover campanhas educativas que desmistifiquem as doenças mentais e incentivem conversas abertas sobre o tema. A inclusão de narrativas positivas e realistas na mídia também pode ajudar a mudar percepções errôneas e fomentar uma cultura mais acolhedora em relação à saúde mental (Costa, 2015).

Relações Familiares e Sociais

Embora o papel da mulher na Era Vitoriana fosse amplamente definido por normas restritivas, esse período também foi marcado por um crescente desejo de mudança e emancipação. As lutas travadas por essas pioneiras abriram caminho para transformações significativas nas décadas seguintes, desafiando as percepções tradicionais sobre gênero e contribuindo para um futuro mais igualitário (Foucault, 2014).

Através dos monólogos internos de Clarissa, Woolf explora temas como a solidão e a busca por conexão genuína. A protagonista anseia por momentos autênticos em meio à superficialidade das relações sociais; ela sente uma profunda tristeza ao perceber que muitos dos seus conhecidos são meros reflexos das normas sociais vigentes. Essa percepção é acentuada pela presença constante do tempo tanto no sentido cronológico quanto na memória que permeia seus pensamentos e sentimentos que podem ser entrelaçados na obra psíquica de Freud (1987).

As relações familiares e sociais em "Mrs. Dalloway" são fundamentais para entender a complexidade da vida de Clarissa Dalloway e o contexto social do início do século XX. Woolf utiliza essas interações para explorar as expectativas que a sociedade impõe às mulheres, revelando como essas pressões moldam suas identidades e escolhas.

As interações sociais de Clarissa durante o dia da festa revelam a superficialidade das relações na alta sociedade londrina. Os convidados são frequentemente descritos como figuras vazias, preocupadas apenas com aparências e

convenções sociais. Essa superficialidade contrasta fortemente com a busca interna de Clarissa por conexões genuínas. Ela sente uma profunda solidão mesmo cercada por pessoas que deveriam ser próximas; essa alienação é um tema recorrente na obra de Woolf (1925).

A figura de Septimus Warren Smith também desempenha um papel crucial na análise das relações sociais em "Mrs. Dalloway". Sua luta contra os traumas da guerra serve como um contraponto à vida aparentemente perfeita de Clarissa. Ambos os personagens compartilham uma sensação de desconexão enquanto Septimus enfrenta o estigma da saúde mental em uma sociedade que não compreende sua dor, Clarissa lida com a pressão das normas sociais que limitam sua expressão pessoal.

As relações familiares e sociais em "Mrs. Dalloway" não apenas refletem as tensões internas da protagonista, mas também oferecem uma crítica incisiva às expectativas patriarcais da época. Woolf convida o leitor a considerar como essas dinâmicas influenciam não apenas a identidade individual, mas também o tecido social mais amplo em que essas vidas estão entrelaçadas.

Clarissa Dalloway, embora pareça ter uma vida socialmente bem-sucedida, enfrenta um profundo sentimento de insatisfação e solidão. Sua festa, planejada com tanto cuidado, torna-se um símbolo dessa dualidade: enquanto ela busca conexão e significado através das interações sociais, essas mesmas interações muitas vezes se revelam superficiais e vazias. Essa contradição alimenta seu estado emocional frágil, levando-a a refletir sobre suas escolhas passadas e o que poderia ter sido sua vida se tivesse seguido caminhos diferentes (Goffman, 1981).

Relações em família. Marido influente e conflito entre gerações.

Richard Dalloway, como marido de Clarissa, representa uma figura central na dinâmica familiar e social da obra "Mrs. Dalloway". Sua influência não se limita apenas ao seu status social elevado, mas também à maneira como ele molda a vida de sua esposa e as interações familiares.

Através de Richard, Virginia Woolf explora as complexidades do patriarcado e o impacto que isso tem sobre a identidade feminina. A presença de Richard é frequentemente sentida nas decisões e reflexões de Clarissa. Ele é um político respeitado, cuja posição na sociedade londrina confere a ele um poder que muitas vezes eclipsa a voz da esposa.

Essa dinâmica revela uma crítica sutil às expectativas sociais da época, onde o papel do homem era frequentemente exaltado em detrimento das aspirações femininas. Clarissa, embora tenha sua própria individualidade, vive sob a sombra das ambições e do prestígio de Richard.

Além disso, Richard é apresentado como um marido amoroso e atencioso, mas suas tentativas de apoiar Clarissa são limitadas pela falta de compreensão sobre suas lutas internas. Ele não consegue perceber completamente o estado emocional dela ou os dilemas existenciais que ela enfrenta. Essa desconexão entre os dois personagens ilustra a dificuldade da comunicação em relacionamentos marcados por normas sociais rígidas.

A relação entre Richard e Clarissa também reflete as tensões entre tradição e modernidade. Enquanto Richard encarna valores conservadores associados à elite britânica, Clarissa anseia por liberdade e autenticidade em um mundo que está mudando rapidamente após a Primeira Guerra Mundial. Essa luta interna se manifesta nas memórias de Clarissa sobre sua juventude e nas escolhas que fez ao longo da vida.

Richard Dalloway serve como um símbolo das pressões sociais que moldam as identidades dos indivíduos dentro da estrutura familiar. Sua influência é tanto uma bênção quanto uma maldição para Clarissa, destacando as complexidades das relações conjugais em um contexto onde o patriarcado ainda prevalece. Através dele, Woolf nos convida a refletir sobre o verdadeiro significado do poder dentro do casamento e como isso afeta a busca pela autoafirmação feminina.

A figura de Clarissa Dalloway, protagonista de "Mrs. Dalloway", representa uma geração em transição, marcada por profundas mudanças sociais e culturais após a Primeira Guerra Mundial. Através de sua vida e reflexões, Virginia Woolf explora as tensões entre o passado e o presente, revelando como essas transformações impactam a identidade feminina e as dinâmicas familiares.

Clarissa é um símbolo da luta pela autonomia em um mundo que ainda se agarra a tradições patriarcais. Sua busca por liberdade pessoal contrasta com as expectativas sociais que cercam seu papel como esposa e anfitriã. Essa dualidade é evidente nas suas memórias sobre sua juventude, onde ela experimentou momentos de intensa liberdade e alegria, especialmente durante seus dias na escola com Sally Seton.

Essas lembranças não apenas destacam sua busca por conexão emocional genuína, mas também refletem uma época em que as mulheres começavam a questionar os papéis impostos pela sociedade. A transição geracional é acentuada pelo contraste entre Clarissa e outros personagens femininos da obra, como Septimus Warren Smith, cuja luta contra os traumas da guerra simboliza a fragilidade da saúde mental em um contexto social que ignora tais questões (Woolf, 1925).

Enquanto Clarissa tenta encontrar significado em sua vida social superficial, Septimus representa aqueles que foram deixados para trás pelas normas sociais rígidas. Essa intersecção entre suas histórias ilustra a complexidade das experiências femininas na era pós-guerra.

Além disso, Woolf utiliza o fluxo de consciência para mostrar como Clarissa navega por suas emoções conflitantes e pela pressão social. A narrativa revela não apenas suas inseguranças sobre o casamento com Richard Dalloway, mas também seu desejo de ser vista como um indivíduo completo, não apenas como uma extensão do marido ou do *status* social dele. Essa busca por autoafirmação ressoa com muitas mulheres da época que estavam começando a reivindicar seus direitos e identidades fora dos limites tradicionais.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Tempo e Espaço na Narrativa de Woolf

A obra “Mrs. Dalloway” de Virginia Woolf é um exemplo notável de como a autora manipula o tempo e o espaço

para explorar a complexidade da experiência humana. A narrativa se desenrola em um único dia, mas essa limitação temporal não impede que Woolf mergulhe profundamente nas memórias e reflexões dos personagens, especialmente Clarissa Dalloway e Septimus Warren Smith. Essa estrutura temporal permite uma análise rica das interações entre passado e presente, revelando como as experiências passadas moldam as percepções atuais.

O tempo em “Mrs. Dalloway” é apresentado de forma não linear, onde os pensamentos dos personagens frequentemente os transportam para momentos significativos de suas vidas. Por exemplo, Clarissa revisita lembranças de sua juventude e suas escolhas amorosas, refletindo sobre o que poderia ter sido diferente. Essa técnica narrativa destaca a fragilidade do tempo e como ele pode ser percebido de maneira subjetiva, dependendo do estado emocional do indivíduo.

No que diz respeito ao espaço, Londres se torna mais do que apenas um cenário; ela é quase um personagem por si só. Woolf utiliza descrições vívidas da cidade para evocar sentimentos variados nos personagens (Woolf, 1925).

O ambiente urbano reflete tanto a opressão quanto a liberdade sentidas por Clarissa e Septimus. Enquanto Clarissa se move pelas ruas em busca de conexão social, Septimus experimenta uma alienação profunda em meio à mesma cidade.

A dualidade entre os espaços públicos e privados também é crucial na obra. As festas sociais que Clarissa organiza contrastam com o isolamento vivido por Septimus, simbolizando as diferentes realidades enfrentadas pelos indivíduos na sociedade londrina da época. Essa dicotomia

revela as tensões entre conformidade social e autenticidade pessoal, temas centrais na obra de Woolf (Walker, 2010).

Dessa forma, o uso inovador do tempo e espaço em “Mrs. Dalloway” não apenas enriquece a narrativa, mas também oferece uma crítica sutil às normas sociais vigentes no início do século XX, permitindo ao leitor uma reflexão profunda sobre identidade, memória e pertencimento, conforme a ilusão entre o ser e a busca incansável por sua identidade, onde a existência precede a essência e o homem é por si só capaz de modificar uma realidade vivenciada, sendo que o homem por ter liberdade é o responsável pelas suas ações pois conhece de sua vida, de suas angústias existências, podemos modificá-las. (Sartre, 2021).

Realça, Preciado (2022), que o discurso do binarismo sexual passa pela modernidade, para as pessoas que detém o poder e aquelas a que o poder atravessa por linhas de resistência, heterotópicas, como por exemplo, a leitura de uma poesia, de uma obra literária. O estudo dos gêneros linguísticos não infere que a ficção ou uma biografia não linear possa ser considerada como algo não científico e sem valor, pelo contrário são formas discursivas em que dá ficção literária se extrai valores e problemas sociais que estagnados em muitas de suas descrições por séculos, clamam por solução.

A obra literária, “Orlando, a biografia” de Vírgina Woolf (2021) publicada em 1928 retrata um nobre que ao ficar sete dias adormecido, acorda com o sexo feminino. Um estilo em que Paul B Preciado em 2023 adapta o manuscrito para uma outra heterotopia, o cinema em que se podem ver vinte e cinco pessoas trans, homens e mulheres que se intitulam como “Orlando, minha biografia política”.

Obra inspirada em um amor proibido na época, onde narra a vida de Orlando como a de sua amante Vita Sackville West, para realçar que todas as pessoas vulneráveis como ela, feminista nos anos de 1920 usou a literatura para se desintegrar de toda agressão sexual de preconceito e de abuso sexual que enfrentou e que mesma na Inglaterra, a mulher tinha pouca ou nenhum crédito. A literatura foi uma forma para denunciar, para que, em dia ao longo dos séculos algum governante seja ele brasileiro, inglês ou francês, mude a realidade de vida das pessoas trans com aplicabilidade de leis de forma coesa e rápida pois são vidas que pedem para viver (Woolf, 2021).

Para o leitor que gosta da normatividade do tempo e do espaço, a obra deixa a desejar para quem procura o que foi feito ontem em uma linha linear, Orlando vive 400 anos, dos 6 aos 36 anos quando é interpelado na biografia como se nada houvera acontecido de um século a outro. Seu corpo na transição biográfica foi natural, e aliás tão natural que era apaixonado pela natureza e pelos animais, especialmente os cães noruegueses, a qual se simpatizava mais que a raça humana.

A biografia de pessoas trans ou que não se adaptam a lógica binária e heterossexual foi descrita além de Woolf (2021), por Michel Foucault (1983) em que a jovem Alexina, se apaixonou por outras mulheres na condição de professora entre o final dos séculos XIX e início do século XX, nos conventos e casas de famílias tradicionais, seguindo a moral cristã e não podendo ser quem gostava de ser, uma mulher. Descoberta, por ter traços visíveis dos dois sexos, foi tratada com todo o desprezo possível como se estivesse fora de seu corpo com as atrocidades que lhe fora outorgado pelas normas médicas e jurídicas; a mudança de nome para Abel e o trabalho em uma linha de trem na cidade grande. Muda-se a performance do seu corpo, de suas

vestimentas, agora Abel tem cabelos curtos, procura emprego que não condizia com sua experiência do sexo feminino.

Para Lacan, conforme Gherovic (2024) no Seminário XVIII sobre diferenciação sexual, esclarece que antes da puberdade é impossível uma criança de 3 anos escolher seu sexo e que se trata se um *sinthoma* que é solucionado em tempo correto, na adolescência ao abnegar o complexo de Édipo e nas escolhas objetais da linguagem em ser nomeada(o) como homem ou mulher. Stoller em 1968, contrapõe o discurso de Lacan ao cunhar o termo gênero, que se distingue do sexo biológico, onde as pessoas podem nascer com o genital masculino e ter vontade de se relacionar com homens heterossexuais e se expressam como se mulheres fossem, a separação da diferença sexual entre sexo e gênero foi uma das invenções que passa a ganhar notoriedade nos estudos sobre gênero e sexualidade (Woolf, 1925).

No século XVIII, com o advento do Iluminismo, começou uma mudança significativa na forma como as pessoas com transtornos mentais eram tratadas. Filósofos e médicos começaram a advogar por uma abordagem mais humanizada. A criação do Hospital Geral de Paris em 1656 e do Asilo de Bedlam em Londres são exemplos iniciais de instituições que buscavam oferecer cuidados aos enfermos mentais, embora muitas vezes essas instalações se tornassem locais de abuso e negligência, conforme Trindade (2025).

O século XIX trouxe avanços significativos com a reforma dos asilos. Figuras como Philippe Pinel na França e Dorothea Dix nos Estados Unidos lutaram pela desinstitucionalização dos pacientes e pela melhoria das condições dentro dessas instituições. No entanto, apesar dessas reformas, muitos indivíduos continuaram a ser internados sem

consentimento familiar ou pessoal, especialmente aqueles que não se encaixavam nos padrões sociais da época.

A definição de normalidade é um conceito multifacetado que varia conforme o contexto cultural, social e histórico. No âmbito da Psicologia e das Ciências Sociais, a normalidade frequentemente se refere a comportamentos, pensamentos e emoções que estão alinhados com as expectativas da sociedade. Essa construção social pode ser influenciada por normas culturais, tradições e até mesmo pela legislação vigente. O que é considerado "normal" em uma sociedade pode ser visto como "anormal" em outra, evidenciando a subjetividade desse conceito (Walker, 2010).

Historicamente, a normalidade tem sido utilizada como um critério para classificar indivíduos e grupos. A partir do século XIX, com o surgimento da psiquiatria moderna, essa classificação ganhou contornos mais rígidos. Indivíduos que não se encaixavam nos padrões estabelecidos eram frequentemente rotulados como doentes mentais ou desviantes. Essa rotulação não apenas marginalizava essas pessoas, mas também legitimava práticas cruéis de exclusão social, como internações forçadas em instituições psiquiátricas (Klaus e Almeida, 2024).

Conforme Arbex (2014), a origem do Hospital Colônia remonta ao início do século XX, um período marcado por profundas transformações sociais e políticas no Brasil. A fundação deste hospital foi impulsionada pela crescente preocupação com a saúde mental, que na época era vista através de uma lente de estigmas e preconceitos. O hospital foi idealizado como um espaço para acolher aqueles que eram considerados "diferentes" ou "anormais", refletindo as normas sociais restritivas da época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões finais sobre “Mrs. Dalloway” revelam a profundidade e a complexidade da obra de Virginia Woolf, que transcende o simples relato de um dia na vida de seus personagens.

Através da narrativa fluida e das técnicas inovadoras, como o fluxo de consciência, Woolf nos convida a explorar não apenas as experiências individuais, mas também as interconexões sociais que moldam a vida em Londres no início do século XX.

A obra é uma meditação sobre o tempo e a memória, onde cada personagem carrega consigo um passado que influencia suas ações presentes. Clarissa Dalloway, por exemplo, reflete sobre suas escolhas e os caminhos não tomados, enquanto Septimus Warren Smith vive preso em um presente angustiante marcado por traumas da guerra.

Essa dualidade entre passado e presente é central para entender como os personagens buscam significado em suas vidas, muitas vezes se sentindo alienados em uma sociedade que valoriza mais as aparências do que as realidades internas.

Woolf utiliza “Mrs. Dalloway” para criticar as normas sociais da época. A festa de Clarissa simboliza tanto uma busca por conexão quanto uma armadilha social que perpetua superficialidades nas relações humanas. Através das interações entre os convidados, fica evidente como as convenções sociais podem sufocar a autenticidade individual.

Essa crítica à superficialidade é ainda mais acentuada pela presença de Septimus, cuja luta interna contrasta com a frivolidade dos eventos sociais ao seu redor.

A obra também destaca questões de saúde mental e o estigma associado a ela. A experiência de Septimus serve como um poderoso lembrete das consequências devastadoras da guerra e da falta de compreensão social acerca dos problemas psicológicos.

Woolf humaniza essa luta ao apresentar Septimus não apenas como um símbolo do sofrimento pós-guerra, mas como um indivíduo complexo com anseios e medos genuínos. Para transformar essa visão negativa sobre a loucura, é essencial promover uma educação mais abrangente sobre saúde mental nas escolas e comunidades. Campanhas que enfatizam histórias reais de superação podem ajudar a desmistificar as doenças mentais e fomentar empatia entre os membros da sociedade. Somente através do diálogo aberto e da inclusão será possível construir uma sociedade mais acolhedora para todos.

“Mrs. Dalloway” é mais do que uma narrativa sobre um dia; é uma exploração profunda das nuances da existência humana. As reflexões finais nos levam a considerar como nossas vidas estão entrelaçadas com as dos outros e como cada escolha ressoa através do tempo e espaço, desafiando-nos a buscar conexões autênticas em meio à complexidade da vida moderna.

REFERÊNCIAS

BEAUVOUR, Simone. **O segundo sexo**. Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 2008.

BLUM, William. **A Guerra da Crimeia: A História de um Conflito**". Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

BROWN, Michael. **A Hipocrisia da Elite: Uma Análise de Woolf**. Editora GHI, 2020.

COSTA, A; MACHADO, R. (2014). Holocausto Brasileiro - Vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. **Revista do Instituto Humanitas**. Universidade Vale dos Sinos. ed. 438. São Leopoldo. Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5398-estante>>. Acesso: 12. abr. 2024.

COSTA, Ana. Saúde Mental e Sociedade em Woolf. In: **Literatura e Psicanálise**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin**. O Diário de um hermafrodita. Trad. Irley Franco. Ed. Francisco Alves. 1983.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Ed. Paz e Terra. São Paulo. 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura: Na idade clássica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. Ed. Perspectiva. 2019. São Paulo.

- FREUD, Sigmund. **Luto e Melancolia**. São Paulo: Editora Imago, 1987.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Editora LTC. Rio de Janeiro. 1981.
- GHEROVICI, Patrícia. **Transgênero**: Lacan e a diferença dos sexos. Editora Aller. Sumaré. 2024.
- JONES, Emily. **Gênero e Classe na Literatura Moderna**. Editora DEF, 2015.
- KLAUSS, Jaisa; ALMEIDA, Flávio Aparecido. **Diálogos sobre Interseccionalidade e Saúde Mental**: Uma análise crítica. Científica digital. Guarujá. 2024. Disponível em: > <https://downloads.editoracientifica.com.br/books/978-65-5360-700-2.pdf><. Acesso: 12. nov. 2024.
- PRECIADO, Paul B. **Manifesto constrasessexual** . Práticas subversivas de identidade sexual. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. Ed. Zahar. Rio de Janeiro. 2022.
- SARTRE, Jean , Paul. **O Ser e o Nada**. Editora : Edições 70. Portugal. 2021.
- SMITH, Andrew. **A Sociedade Britânica do Século XX** . Editora ABC, 2010.
- SCHMIDT, Lúcia. A Construção do Tempo em “Mrs. Dalloway”. In: **Revista Brasileira de Literatura**, vol. 12, n. 1, 2010.
- TONI JUNIOR, Claudio Noel de. **Lutas discursivas em torno do corpo: a construção social da subjetividade transexual**.

Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara. 2024.

TRINDADE, R. (2025). Foucault. A grande internação. **Portal Razão Inadequada**. Disponível em: > <https://razaoinadequada.com/2022/02/17/a-grande-internacao/><. Acesso: 12. Jan. 2025.

WALKER, David. **Mulheres na Guerra**: O Papel Feminino na Era Vitoriana. Lisboa: Edições 70, 2010.

WOOLF, Virginia. “**Mrs. Dalloway**”. Editora XYZ, 1925.

WOOLF, Virginia. **Orlando**. Uma biografia. Trad. Eliane Fittipaldi Pereira e Katia Maria Orbeg. Ed. Martins Claret. São Paulo. 2021.

CAPÍTULO 2

CAPITAL SOCIAL E AS RELAÇÕES HUMANAS: PORQUÊ O CAPITAL E A MODERNIDADE NÃO TROUXERAM SATISFAÇÃO PARA A VIDA DAS PESSOAS?

RESUMO

A capacidade diante das desigualdades sociotecnológicas pode ser um motor para a ação social, impulsionando movimentos que buscam justiça e igualdade, onde a esperança não é um sentimento passivo; ela é uma força ativa capaz de catalisar mudanças significativas. O artigo se baseia no estudo da modernidade, na tecnologia do consumo, das mudanças sociotecnológicas que transformaram a maneira como as pessoas se percebem nas relações humanas. O capital social e a sociedade de controle se interconectam em busca de um ponto que possa trazer bem-estar às pessoas. O que hoje, se vê, inclusive nas sociedades modernas, é um vazio, um subjetivismo onde a liberdade e a tecnologia do consumo não trouxe bem-estar em uma rede de tensões do eu com o outro, no cenário micro e macro tecnológico onde a humanidade caminha em busca de algo que nem ela sabe o que é.

PALAVRAS-CHAVE: Bem-Estar; Globalização líquida; Justiça Social; Subjetivismo; Coletivo.

INTRODUÇÃO

A ansiedade é uma característica marcante da sociedade contemporânea, especialmente em relação à capacidade do Estado nacional de enfrentar os desafios globais. A crescente complexidade desses desafios, intensificada pela influência das corporações e pela dinâmica dos fluxos informacionais, comerciais e financeiros, coloca em dúvida a habilidade do Estado em garantir segurança e estabilidade.

A globalização, enquanto propulsora de interconexões econômicas e culturais, também contribui para a fragilização do Estado nacional. As corporações multinacionais, com seus vastos recursos e influência, desafiam frequentemente a soberania dos Estados, resultando em uma erosão da capacidade regulatória.

Além disso, a velocidade com que as informações circulam na era digital cria um cenário de sobrecarga informacional, onde se revela que parcela significativa dos cidadãos se sentem sobrecarregados pela quantidade de notícias e informações disponíveis, contribuindo para um estado de ansiedade generalizada.

Nesse contexto, a capacidade do Estado de atuar como um mediador confiável entre as informações e a população é

comprometida, resultando em um aumento da desconfiança nas instituições públicas.

Para enfrentar esses desafios, é essencial repensar a governança. Uma nova abordagem deve ser adotada, que considere a interdependência entre Estados e corporações, assim como a necessidade de uma regulação mais eficaz dos fluxos informacionais. O conceito de governança colaborativa, que envolve a participação ativa de múltiplos atores sociais, incluindo o setor privado e a sociedade civil, pode se apresentar como uma solução viável, onde sugere que a colaboração entre setores pode aumentar a eficácia das políticas públicas e reduzir a ansiedade social (Britvina e Shumilova, 2021).

A tecnologia, conforme Koll (2016) frequentemente vista como uma fonte de ansiedade, também pode ser uma aliada na construção de um novo modelo de governança. Ferramentas digitais podem facilitar a transparência e a participação cidadã, permitindo que as pessoas se tornem mais ativas no processo político. Um exemplo disso é o uso de plataformas digitais para consultas públicas, que têm se mostrado eficazes em vários países, promovendo um diálogo mais aberto entre governo e cidadãos.

Entretanto, para que esta transformação ocorra, deve haver reflexão crítica sobre os impactos da tecnologia nas relações humanas. A dependência excessiva de soluções digitais pode levar a uma desconexão social, onde as interações humanas se tornam superficiais e temporárias. Esse fenômeno, conforme analisado por Bauman (2021b) em suas discussões sobre a modernidade líquida, sugere que a fluidez das relações contemporâneas pode intensificar a sensação de solidão e ansiedade.

Portanto, a crise do Estado nacional não se resume a uma questão de eficácia administrativa, mas reflete profundas transformações sociais e culturais que estamos vivenciando. A busca por uma governança que equilibre os interesses corporativos e as necessidades da população é imprescindível. A esperança, como mencionado anteriormente, torna-se um elemento central nesse processo. A capacidade de sonhar com um futuro melhor e de mobilizar esforços coletivos em direção a esse objetivo pode ser a chave para superar a ansiedade que permeia a sociedade contemporânea (Vasconcelos, 2021).

A metodologia é referencial bibliográfica, de natureza descritiva e explicativa, através dos estudos de autores centrais que abordam o tema da modernidade efêmera e as relações humanas interpessoais e subjetivas. Utilizaram-se as obras de autores como: Bauman e Gilles Lipovetsky que estudam a modernidade líquida, o consumo efêmero, além de autores que complementam o tema das relações do capital social simbólico e da sociedade de controle nas relações interpessoais como Foucault e Bourdieu e nas relações de desigualdades de raça e gênero em Davis e Corner, para que se possa compreender como se estabelece a relação humana de desigualdades sociotecnológicas, que vão além do social e do econômico e da utilidade das pessoas como sinônimo de negação de que mesmo com o progresso técnico, as sociedades mais modernas e desenvolvidas se perde no luto em sua própria identidade, com pessoas vivendo na precariedade das relações líquidas, no *stress*, na ansiedade e na solidão com uma inquietude que lhes faltam algo a mais onde não se encontra nas prateleiras à venda por preço algum.

REVISÃO DE LITERATURA

A biopolítica na modernidade líquida

Bauman (2021b), em suas reflexões sobre a modernidade líquida, argumenta que a fluidez das relações sociais e a superficialidade das interações são características da nossa época. Essa realidade cria um ambiente propício à ansiedade, onde a incessante busca por novas experiências e produtos pode resultar em um ciclo de insatisfação. Contudo, a esperança emerge como um antídoto poderoso contra essa insatisfação crônica. Segundo Bauman (2020) a esperança é o que nos mantém vivos, uma afirmação que ressoa profundamente em sociedades marcadas pela incerteza.

A teoria de Michel Foucault (2019) sobre o poder e a biopolítica é pertinente aqui, pois ele argumenta que o controle social se manifesta nas práticas cotidianas, moldando nossas expectativas e experiências.

Além disso, a obra de Pierre Bourdieu (2020) sobre capital social destaca a importância das redes de apoio e das relações significativas na construção da esperança. Em um mundo onde as relações são frequentemente efêmeras, a habilidade de cultivar conexões autênticas torna-se ainda mais crucial.

De acordo com Varman e Vijay (2018), a tecnologia, em sua constante evolução, não apenas altera a maneira como interagimos com o mundo, mas também influencia como gerenciamos nossas emoções e expectativas. Em um ambiente onde a informação é acessada em tempo real, a paciência

humana enfrenta desafios significativos devido a uma cultura de imediatismo.

Essa incessante busca por respostas rápidas e soluções instantâneas pode comprometer nossa capacidade de manter o foco e a estabilidade, criando um cenário propício à ansiedade e à superficialidade nas relações interpessoais. Pesquisas recentes demonstram que a saturação de informações, impulsionada pela tecnologia, impacta diretamente nossa concentração e habilidade de planejamento a longo prazo.

Diante dessa realidade, surge a pergunta: como podemos cultivar a paciência em um mundo que parece exigir rapidez a todo momento? O conceito de "paciência" é frequentemente subestimado na sociedade atual. Em tempos de redes sociais e comunicação instantânea, a habilidade de esperar, refletir e planejar tornou-se uma raridade (Miguel, 2025).

A filósofa Byung-Chul Han, em seu livro *A Sociedade do Cansaço* (2015), argumenta que a pressão por produtividade e eficiência gerou uma cultura de hiperatividade, onde a pausa e a contemplação são vistas como fraquezas. Essa visão se alinha com as observações de Lipovetsky (2019) sobre a sociedade de consumo, onde a incessante busca por novidades e experiências efêmeras cria um círculo vicioso que alimenta a insatisfação.

Além disso, a tecnologia não somente molda nossas expectativas, mas também redefine nossas interações sociais. Bauman (2021b), em suas análises sobre a modernidade líquida, descreve como as relações humanas se tornaram cada vez mais superficiais e temporárias. Em um mundo onde a mobilidade e a conectividade são facilitadas por dispositivos digitais, as interações tendem a ser rápidas e desprovidas de profundidade emocional. Essa dinâmica gera um paradoxo: embora estejamos

mais conectados do que nunca, a qualidade de nossas relações pode estar em declínio.

Um exemplo claro dessa superficialidade é o fenômeno dos “vagabundos digitais”, que, apesar de terem acesso a uma infinidade de experiências e lugares, frequentemente se deparam com relações efêmeras e sem compromisso. Essa nova forma de turismo, que se distancia do conceito tradicional de viagem, reflete uma busca por experiências momentâneas, mas carece de um sentido de pertencimento e continuidade. Bauman e Lyon (2014) destacam que, em um mundo marcado pela liquidez, a busca por vínculos autênticos se torna um desafio, levando muitos a se sentirem isolados mesmo em meio a multidões, especialmente quando se saem às ruas e há o poder de império do Estado em todos os lugares, através das câmeras de segurança, onde as pessoas são constantemente vigiadas, monitoradas em todos seus movimentos.

Dialoga com Foucault (2019) sobre a sociedade de controle em que, o objetivo desta “vigilância” do Estado que deveria ser um meio de trazer bem-estar a coletividade social de forma que não intervenha na privacidade extrema das pessoas, se torna mais um dispositivo de poder para captar pelas imagens a internacionalização da desigualdade em países principalmente periféricos sendo muitas vezes um artefato que leva a punição de pessoas em virtude de serem quem são, pela fluidez da não exatidão destes dispositivos. Imagine uma pessoa de cor preta ou uma travesti filmados no mesmo instante em que ocorre um crime. Estas imagens serão usadas para se fazer a “justiça” do império ou para tornar pessoas vulneráveis culpadas mesmo sem ter ligação com o crime? sendo um mecanismo de projeção institucional das desigualdades de punir a qualquer custo.

Ao analisarmos o impacto da tecnologia na paciência humana, é essencial considerar como essa transformação afeta nossa estabilidade emocional e social. A capacidade de planejar e se comprometer com relações duradouras é ameaçada por um ambiente que valoriza a rapidez e a eficiência.

A mobilidade, impulsionada pela tecnologia, não apenas altera a maneira como nos conectamos, mas também redefine a natureza dessas conexões. A comunicação instantânea, proporcionada por plataformas digitais, cria um paradoxo: estamos mais conectados do que nunca, mas as relações tendem a ser mais superficiais.

A mobilidade física, simbolizada pelo turismo e pela migração, contribui para essa sensação de instabilidade. O conceito de “turismo sem compromisso”, em que indivíduos buscam experiências efêmeras e descartáveis, reflete uma tendência crescente de evitar vínculos duradouros. Os turistas modernos frequentemente visitam locais icônicos, mas retornam para casa sem um verdadeiro entendimento ou conexão com as culturas que vivenciaram.

Para Korstanje (2024), essa dinâmica se torna ainda mais complexa ao considerarmos os “vagabundos” contemporâneos, aqueles que, apesar de estarem expostos a um mundo repleto de estímulos e oportunidades, não têm condições de viajar ou se engajar em experiências significativas. A desigualdade econômica e social, conforme Cacioppo (2008), limita o acesso a essas vivências, criando um abismo entre aqueles que podem se permitir a mobilidade e aqueles que permanecem enraizados em suas comunidades. Bauman (2021b) analisa essa situação, discutindo a modernidade líquida e suas implicações para as relações humanas.

Para Castells (2020), a fluidez das relações na era digital resulta em um estado de incerteza e vulnerabilidade, onde as pessoas se sentem cada vez mais isoladas, mesmo em meio a uma rede global de conexões. As consequências dessa instabilidade são profundas. A falta de um senso de pertencimento pode levar a um aumento da ansiedade e da depressão, especialmente entre os jovens. A tecnologia, que deveria facilitar a comunicação, muitas vezes intensifica a sensação de isolamento, criando um círculo vicioso de busca por validação e reconhecimento nas redes sociais.

Assim, a estabilidade emocional e social se torna um bem escasso em um mundo que valoriza a mobilidade e a instantaneidade. As relações humanas, que deveriam ser fontes de apoio e conforto, frequentemente se transformam em interações efêmeras e desprovidas de significado. Essa realidade nos leva a questionar: como podemos cultivar relações mais profundas e significativas em um ambiente tão volátil?

A tecnologia, conforme Munck (2005) transforma radicalmente o conceito de turismo. Aplicativos de viagem, plataformas de compartilhamento de hospedagem e redes sociais permitem que os indivíduos descubram novos destinos com apenas um toque na tela, onde o turismo global cresceu em relação ao ano anterior, evidenciando a crescente facilidade de acesso a locais turísticos. No entanto, essa expansão traz consigo desvantagens: as interações durante essas experiências muitas vezes carecem de profundidade, resultando em relações que não perduram além do momento da viagem.

O impacto da tecnologia nas relações humanas é, portanto, um tema central a ser explorado. A capacidade de se conectar instantaneamente com pessoas ao redor do mundo pode

criar uma ilusão de proximidade, mas, na prática, pode resultar em um vazio emocional.

Bauman (2021b) argumenta que a modernidade líquida, conforme proposto por Bauman, nos leva a buscar experiências rápidas e intensas, que não se traduzem em vínculos significativos. Isso é particularmente evidente no turismo, onde a vivência é frequentemente reduzida a um conjunto de fotos e postagens em redes sociais, em vez de um envolvimento autêntico com o local e sua cultura.

O conceito de “vagabundagem” na modernidade e do descartável digital

A vagabundagem na modernidade é um conceito complexo que reflete a intrincada realidade da vida contemporânea, caracterizada por uma mobilidade constante e pela ausência de raízes. Em um mundo onde as fronteiras físicas e sociais se tornam cada vez mais tênues, a ideia de vagabundagem vai além do simples ato de viajar; ela representa uma forma de existência que é, ao mesmo tempo, libertadora e alienante. A tecnologia, com seu poder de conectar e desconectar, desempenha um papel fundamental nesse fenômeno, promovendo a mobilidade, mas também contribuindo para a superficialidade das relações interpessoais.

Historicamente, o conceito de vagabundagem remonta às primeiras sociedades nômades, nas quais a busca por recursos e segurança guiava os deslocamentos das comunidades. Contudo, na modernidade, essa busca se transforma em uma

experiência individualizada, onde a mobilidade se torna um símbolo de liberdade e, paradoxalmente, de vulnerabilidade.

Bauman (2021a) descreve a modernidade líquida como um estado marcado pela fluidez das relações e pela efemeridade das experiências, resultando em um ciclo de insatisfação e ansiedade. Nesse contexto, a vagabundagem reflete essa condição, com indivíduos se tornando “turistas” em suas próprias vidas, em busca de experiências passageiras e evitando vínculos duradouros.

Para Evans (2000), a tecnologia, especialmente, tem sido um motor dessa nova forma de viver. Com o crescimento das redes sociais e das plataformas digitais, a interação humana se tornou mais acessível, mas também mais superficial.

Essa realidade ilustra como a mobilidade facilitada pela tecnologia pode, de maneira paradoxal, empobrecer as relações interpessoais, criando um ambiente onde as conexões são frequentemente temporárias e descartáveis. Além disso, a mobilidade física, impulsionada por meios de transporte rápidos e acessíveis, alimenta a cultura do “vagabundo” moderno. A facilidade de viajar e explorar diferentes culturas é atraente, mas também levanta um dilema: como estabelecer laços significativos em um mundo onde as relações são frequentemente efêmeras?

Maffesoli (2021) sugere que, embora as pessoas busquem pertencimento, muitas vezes se encontram em grupos temporários, onde as conexões são baseadas em interesses momentâneos, e não em laços profundos. Essa transitoriedade nas relações humanas pode resultar em uma crise de identidade, onde o senso de pertencimento se torna fragmentado e instável.

O impacto da vagabundagem na identidade e no senso de pertencimento retrata a falta de raízes e a constante mudança pode levar a uma crise existencial, na qual os indivíduos lutam para encontrar significado em suas vidas. A teoria de Bourdieu sobre o capital social é pertinente aqui, ao sugerir que as relações sociais são um recurso valioso que pode ser acumulado e utilizado para navegar na sociedade. No entanto, em um contexto de vagabundagem, onde as relações são superficiais, esse capital social se torna escasso, resultando em sentimentos de alienação e desamparo, conforme Bourdieu (2020).

Na sociedade contemporânea, marcada pela transitoriedade, analisar como a mobilidade e a tecnologia influenciam as relações humanas, onde hoje, as conexões são frequentemente mediadas por dispositivos digitais, resultando em interações que não somente se tornaram mais frequentes, mas também mais efêmeras. Essa superficialidade nas relações temporárias reflete as dinâmicas de consumo que permeiam nosso cotidiano, onde o valor é muitas vezes atribuído à novidade e à rapidez, em detrimento da profundidade e da durabilidade.

Esse fenômeno é amplificado pelo uso de redes sociais que priorizam a quantidade de conexões em vez da qualidade. Essa superficialidade não se limita às amizades, estendendo-se a todas as formas de interação social, incluindo relacionamentos amorosos e profissionais. A facilidade de conhecer novas pessoas *online*, por meio de aplicativos de namoro ou plataformas de *networking*, alimenta uma cultura de descartabilidade nas relações, onde o compromisso a longo prazo é frequentemente visto como um obstáculo à liberdade individual.

Embora essa liberdade possa parecer atraente, ela frequentemente resulta em isolamento social, com interações limitadas a breves encontros e trocas superficiais onde apesar do aumento da mobilidade global, os migrantes urbanos se sentem desconectados de suas comunidades. Além disso, a tecnologia pode impactar a identidade e o senso de pertencimento. Quando as relações são construídas sobre bases tão frágeis, a capacidade de formar uma identidade coesa pode ser comprometida.

Turkle (2012), em seu livro "Alone Together" argumenta que a comunicação digital pode criar uma ilusão de conexão, mas, na prática, muitas vezes deixa as pessoas mais solitárias. Essa solidão é intensificada pela falta de interações significativas, essenciais para o desenvolvimento de um verdadeiro senso de pertencimento e identidade. Em um mundo onde as relações são frequentemente mediadas por telas, a autenticidade das conexões humanas é questionada.

As consequências dessas dinâmicas são evidentes em diversas esferas da vida social. No ambiente de trabalho, por exemplo, as interações tornaram-se mais transacionais, com um foco crescente em resultados imediatos e eficiência, onde os trabalhadores remotos relataram dificuldades em estabelecer relacionamentos significativos com colegas, resultando em um ambiente de trabalho menos colaborativo e mais isolado. Essa falta de conexão pode afetar não apenas a satisfação no trabalho, mas também a saúde mental dos indivíduos, levando a um aumento nos níveis de estresse e ansiedade.

Por outro lado, a superficialidade das relações humanas pode ser vista como uma oportunidade para redefinir nossas conexões. Em vez de lamentar a perda de interações profundas, alguns estudiosos sugerem que devemos aprender a navegar nesse novo panorama social.

Maffesoli (2021), em suas obras, propõe que a modernidade líquida possa abrir espaço para novas formas de sociabilidade, onde a fluidez das relações permite uma maior diversidade de experiências e conexões. Essa perspectiva sugere que, embora as relações possam ser temporárias, elas ainda podem ser significativas e enriquecedoras, desde que abordadas com uma mentalidade aberta.

Assim, ao refletirmos sobre as relações humanas temporárias e superficiais, é essencial considerar tanto os desafios quanto as oportunidades que emergem nesse contexto. A mobilidade e a tecnologia, embora contribuam para a fragilidade das conexões, também oferecem novos caminhos para a construção de redes sociais diversificadas.

A mobilidade e as conexões proporcionadas pela tecnologia apresentam desafios significativos para a identidade e o senso de pertencimento na sociedade contemporânea. Ao examinarmos a natureza transitória das relações humanas, é fundamental reconhecer como a vagabundagem e as interações superficiais podem gerar uma sensação de instabilidade e falta de raízes. Essa reflexão nos leva a considerar como as teorias de Michel Foucault e Pierre Bourdieu podem oferecer *visões* valiosas para compreender esses fenômenos.

Em primeiro lugar, a mobilidade facilitada pela tecnologia cria um ambiente onde as relações tendem a ser efêmeras. O conceito de vagabundagem, que descreve uma vida marcada pela constante mudança e pela falta de comprometimento, torna-se cada vez mais pertinente, como nos casos dos jovens que afirmaram que suas amizades são predominantemente formadas *online*, resultando em interações que frequentemente carecem de profundidade emocional.

Essa superficialidade nas conexões pode levar a um sentimento de alienação, à medida que as pessoas se tornam "nômades digitais", mas sem a verdadeira sensação de pertencimento a um lugar ou comunidade. Além disso, a mobilidade não se restringe ao deslocamento físico; ela também envolve a fluidez das identidades.

O capital social, em Bourdieu (2020), que se refere às redes de relacionamentos e à confiança mútua que facilitam a cooperação em um grupo, é essencial para a construção de identidades estáveis. Contudo, em um mundo onde as conexões são temporárias, esse capital pode se fragmentar, dificultando a formação de laços significativos.

As implicações dessas dinâmicas são profundas. A falta de raízes e a instabilidade nas relações podem impactar não apenas a saúde mental dos indivíduos, mas também a coesão social ao reconhecer a solidão e o isolamento social como problemas de saúde pública, com efeitos diretos na qualidade de vida e no bem-estar emocional. Nesse cenário, a tecnologia, que deveria facilitar a conexão, paradoxalmente pode contribuir para a desconexão, criando um círculo vicioso de solidão e ansiedade.

É nesse contexto que as teorias de Foucault se tornam relevantes. Foucault (2019) argumenta que o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, moldando identidades e relações sociais. A mobilidade contemporânea pode ser vista como uma forma de controle social, onde as pessoas são constantemente incentivadas a se adaptar e mudar, mas sem um espaço seguro para cultivar suas identidades. A pressão para estar sempre conectado e disponível pode resultar em um estado de vigilância constante, comprometendo a autenticidade das relações.

Por outro lado, a análise de Bourdieu (2020) sobre o *habitus*, o conjunto de disposições incorporadas que orientam o comportamento e as práticas sociais, sugere que, mesmo em um ambiente de mobilidade, as pessoas buscam maneiras de criar um sentido de continuidade e pertencimento. Isso é evidente em comunidades *online* que, apesar de sua natureza virtual, oferecem um espaço para a construção de identidades coletivas e apoio mútuo. Essas comunidades podem atuar como contrapesos à superficialidade das interações face a face, permitindo que os indivíduos encontrem um senso de pertencimento em meio à transitoriedade.

Os desafios da mobilidade e das conexões tecnológicas são complexas e multifacetadas. A análise das relações humanas contemporâneas revela um paradoxo: enquanto a tecnologia oferece novas oportunidades de conexão, ela também pode intensificar a sensação de isolamento e a falta de raízes. As teorias de Foucault e Bourdieu nos ajudam a entender como essas dinâmicas afetam a identidade e o senso de pertencimento, sublinhando a necessidade de abordagens que promovam relações mais significativas e duradouras.

A sociedade contemporânea é um terreno repleto de tensões e dinâmicas complexas, onde o poder se revela de formas sutis e, muitas vezes, invisíveis. Foucault (2019), na perspectiva crítica, para compreender como o poder se manifesta não apenas por meio de instituições formais, mas também mediante mecanismos de controle e normalização que permeiam nosso cotidiano. Em sua obra, Foucault (2019) argumenta que o poder não é uma posse, mas sim uma rede de relações exercidas em diversos contextos sociais. Essa visão é essencial para analisarmos as interações humanas e a construção da identidade em um mundo em constante transformação.

No núcleo da teoria de Foucault (2021) está a noção de que a sociedade moderna se caracteriza por um controle que vai além da repressão física. Instrumentos como disciplina, vigilância e normalização moldam comportamentos e identidades. A introdução de tecnologias de monitoramento em ambientes de trabalho e espaços públicos exemplifica como o controle se torna parte integrante da vida cotidiana.

Esses mecanismos de controle não apenas regulam comportamentos, mas também influenciam como nos percebemos e nos relacionamos com os outros. Em um mundo onde a mobilidade e a conectividade são constantes, as relações humanas frequentemente se tornam superficiais e temporárias. A incessante busca por validação nas redes sociais ilustra como o controle social se manifesta na necessidade de aprovação externa, levando a uma crise de identidade.

Ademais a sociedade de controle descrita por Foucault (2021) está intimamente relacionada ao conceito de capital social, definido por Bourdieu (2020) como os recursos disponíveis por meio das redes sociais e das relações interpessoais. O capital social pode ser um aliado poderoso na luta por reconhecimento e identidade, mas também pode gerar desigualdade. Aqueles que têm acesso a redes sociais robustas costumam desfrutar de vantagens significativas em termos de oportunidades e reconhecimento, ao indicar que indivíduos com um forte capital social têm mais chances de conseguir um emprego em comparação àqueles com redes limitadas.

Ao explorarmos a intersecção entre poder, controle e capital social, fica claro que as relações humanas estão sendo moldadas por forças que transcendem o indivíduo. A normalização das interações digitais e a pressão para se conformar a padrões sociais criam um ambiente onde a

autenticidade pode ser sacrificada em prol da aceitação. Assim, a luta por reconhecimento não se resume a uma questão de identidade pessoal, mas se transforma em uma batalha contra as estruturas de poder que definem o que é considerado aceitável ou desejável na sociedade.

Ao compreendermos como o poder se exerce por meio de mecanismos de controle, podemos começar a desvendar as complexidades das relações humanas em um mundo que valoriza a superficialidade e a efemeridade.

Assim, ao confrontarmos a realidade da sociedade de controle, somos convidados a refletir sobre nossas próprias experiências e sobre como as estruturas de poder moldam nossas vidas. A esperança de um futuro mais justo e igualitário reside na capacidade de reconhecer essas dinâmicas e, assim, buscar formas de resistência e transformação social.

O capital social abrange as redes de relacionamentos, normas e níveis de confiança que possibilitam a cooperação entre indivíduos e grupos. Haller e Haddler (2006), argumentam que, assim como o capital econômico e cultural, o capital social é um recurso que pode ser mobilizado para atingir objetivos tanto pessoais quanto coletivos. Em um mundo caracterizado pela transitoriedade, onde as relações são frequentemente temporárias, o capital social pode se tornar um diferencial significativo na busca por estabilidade e pertencimento.

No entanto, conforme Hanari (2018), a distribuição do capital social não é uniforme. A desigualdade social se manifesta não apenas em termos econômicos, mas também nas redes interacionais que os indivíduos conseguem estabelecer. Aqueles que já possuem um capital social elevado frequentemente têm

mais facilidade em acessar recursos e oportunidades, perpetuando ciclos de privilégio.

A relação entre capital social e desigualdade é, além disso, complexa. Embora o capital social possa ser um recurso valioso, ele também pode ser utilizado para reforçar hierarquias sociais existentes. Grupos privilegiados podem monopolizar redes de contatos, excluindo aqueles que não pertencem a seus círculos. Essa exclusão pode criar um ciclo vicioso, onde a falta de acesso a redes interacionais limita as oportunidades de ascensão social, perpetuando a desigualdade. Bourdieu (2020) sugere que, para entender plenamente essas dinâmicas, é necessário considerar não apenas o capital social em si, mas também as estruturas de poder que o cercam.

Foucault (2021), por sua vez, oferece uma perspectiva complementar ao discutir como o poder se manifesta nas relações sociais. Para o autor, o poder não é algo que se possui, mas sim algo que circula nas interações sociais. Isso implica que o capital social não é um recurso estático, mas um campo de batalha onde diferentes grupos lutam por reconhecimento e legitimidade. Essa luta é particularmente evidente em contextos onde as identidades são contestadas, como em movimentos sociais que buscam visibilidade e reconhecimento.

Um exemplo contemporâneo dessa dinâmica pode ser observado nas redes sociais digitais, onde a construção da identidade e a busca por reconhecimento estão intimamente ligadas ao capital social. A plataforma *Instagram*, por exemplo, permite que indivíduos moldem suas identidades por meio de conexões e interações. Contudo, essa construção é frequentemente mediada por algoritmos que favorecem certos tipos de conteúdo e usuários, criando um ambiente onde o capital social é acumulado de maneira desigual.

Essas reflexões nos levam a considerar a natureza do capital social em um mundo em constante movimento. A mobilidade social, que deveria ser facilitada pelo capital social, muitas vezes é obstaculizada por barreiras invisíveis que perpetuam a desigualdade. Assim, a luta por reconhecimento e identidade se torna uma questão não apenas de acesso a redes sociais, mas também de contestação das estruturas de poder que moldam essas redes (Realista, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O reconhecimento de direitos na era da informação

O reconhecimento, ou a sua ausência, molda a identidade das pessoas e suas interações sociais, refletindo as dinâmicas de poder que permeiam a sociedade contemporânea. Foucault (2021), em suas reflexões sobre poder e a sociedade de controle, argumenta que o reconhecimento está profundamente ligado às estruturas de poder que determinam quem é visto e valorizado.

Assim, a luta por reconhecimento se transforma em uma batalha não apenas por visibilidade, mas por legitimidade e valor social. O capital social não é distribuído de maneira equitativa; aqueles que já têm acesso a redes privilegiadas perpetua as desigualdades sociais. Essas dinâmicas se manifestam em diversos contextos sociais, desde o ambiente de trabalho até as interações cotidianas. Essa visibilidade é frequentemente influenciada por fatores como classe social, raça

e gênero, que afetam as oportunidades de acesso a essas plataformas.

A luta por reconhecimento se torna uma questão de desigualdade estrutural, onde as vozes marginalizadas muitas vezes permanecem inaudíveis, a tecnologia desempenha um papel ambíguo nesse processo, onde as redes sociais oferecem uma plataforma para que indivíduos de diferentes origens busquem reconhecimento; por outro, podem reforçar desigualdades existentes.

As teorias de Cornel West (2021) e Angela Davis (2022) oferecem *insights* valiosos sobre esses desafios. West, ao discutir a importância da justiça social, enfatiza que a luta por reconhecimento deve ser acompanhada pela busca por igualdade e dignidade. Para ele, o reconhecimento verdadeiro só é alcançado quando todos os indivíduos têm acesso igualitário aos recursos e oportunidades que garantem sua dignidade.

Davis (2022), por sua vez, destaca a interseccionalidade das lutas sociais, argumentando que a busca por reconhecimento deve considerar as múltiplas identidades que as pessoas carregam, incluindo raça, gênero e classe. Essa abordagem enriquece a compreensão da luta por reconhecimento, tornando-a mais inclusiva e abrangente.

A justiça social e a desigualdade estrutural são temas centrais nas reflexões contemporâneas de Cornel West (2021) e Angela Davis (2022). Ambos os pensadores analisam como as estruturas sociais e econômicas perpetuam injustiças, criando um ciclo que marginaliza grupos vulneráveis. A desigualdade estrutural refere-se a um conjunto de condições que favorece certos grupos em detrimento de outros, resultando em disparidades significativas no acesso a recursos, oportunidades

e direitos. Essa dinâmica vai além da simples distribuição de riqueza; envolve também questões de poder, identidade e reconhecimento.

Segundo os autores, a concentração de riqueza não é acidental; é sustentada por políticas e práticas que favorecem os interesses das elites econômicas, enquanto a maioria da população luta para acessar serviços básicos, como saúde e educação. Assim, a luta por justiça social se torna um imperativo moral e ético, exigindo resistência ativa contra essas estruturas opressivas.

A resistência, conforme articulado por West e Davis, não é apenas uma resposta reativa às injustiças, mas uma forma de esperança capaz de catalisar mudanças significativas. Essa resistência pode se manifestar de diversas maneiras, desde movimentos sociais até iniciativas comunitárias que buscam empoderar indivíduos e coletivos. O movimento *Black Lives Matter*, que ganhou destaque mundial nos últimos anos, exemplifica como a mobilização social pode desafiar narrativas dominantes e exigir uma reavaliação das políticas de segurança e justiça. Por meio da resistência, vozes historicamente silenciadas encontram espaço para se expressar e reivindicar seus direitos.

Entretanto, a luta por justiça social é complexa e multifacetada. Não se trata apenas de corrigir desigualdades econômicas, mas também de abordar questões interligadas de raça, gênero e classe. O conceito de interseccionalidade, desenvolvido pela acadêmica Kimberlé Crenshaw, destaca como diferentes formas de discriminação se sobrepõem e afetam as experiências das pessoas, onde se revela que mulheres negras enfrentam barreiras únicas no mercado de trabalho, com taxas de desemprego mais altas do que suas contrapartes brancas. Isso

demonstra que a luta por justiça social deve ser inclusiva e considerar as múltiplas dimensões da desigualdade.

Além disso, a cultura desempenha um papel na transformação social. A arte, a literatura e a música têm se mostrado ferramentas poderosas para expressar descontentamento e promover a conscientização sobre injustiças sociais, conforme Cho, Crenshaw e McCall, 2013). O trabalho de artistas como Kendrick Lamar e Beyoncé, por exemplo, não apenas entretém, mas também provoca reflexões profundas sobre raça, classe e identidade na sociedade contemporânea.

A justiça social não é um objetivo a ser alcançado, mas um processo contínuo que exige vigilância, ação e solidariedade. A resistência, entendida como uma forma de esperança, se destaca como um conceito essencial nas discussões atuais sobre justiça social e desigualdade, especialmente nas análises de Cornel West e Angela Davis. Em um mundo onde as relações humanas frequentemente se mostram superficiais e efêmeras, a resistência surge não apenas como uma resposta à opressão, mas também à desumanização que permeia a sociedade contemporânea. Essa ideia reflete a crença de que, mesmo em tempos de crise, a capacidade de resistir e lutar por um futuro melhor é o que mantém acesa a chama da esperança.

Na obra "Abolition Democracy" (2005), Davis enfatiza que a resistência é fundamental para a construção de um futuro mais justo, onde todos tenham acesso às mesmas oportunidades. Essa perspectiva é especialmente relevante em um contexto em que a desigualdade estrutural continua a ser uma realidade palpável, intensificada por sistemas que favorecem poucos em detrimento de muitos. A resistência se manifesta de diversas maneiras, desde movimentos sociais até expressões artísticas que desafiam normas estabelecidas. A arte, por

exemplo, tem se mostrado uma poderosa ferramenta de resistência.

A resistência pode ser vista como uma forma de esperança em um mundo repleto de incertezas, realçam que indivíduos envolvidos em atividades de resistência relataram níveis mais altos de satisfação com a vida e um forte senso de propósito. Isso indica que a luta por justiça social não apenas desafia estruturas opressivas, mas também promove o bem-estar psicológico e emocional dos envolvidos. Assim, a resistência se torna uma prática que nutre a esperança e a possibilidade de transformação social.

No entanto, é importante reconhecer que a resistência enfrenta desafios significativos. Em um mundo em constante mudança, onde as relações humanas são frequentemente efêmeras, manter a coesão em torno de causas comuns pode ser complicado. Embora a tecnologia tenha o potencial de facilitar a mobilização, ela também pode criar barreiras à conexão genuína.

Ao considerarmos a resistência como uma forma de esperança, é essencial abordar as complexidades que a cercam. A luta por justiça social requer não apenas coragem e determinação, mas também uma compreensão profunda das dinâmicas sociais e culturais que moldam nossas experiências.

Em suas diversas manifestações, a cultura é crucial na formação de narrativas que moldam a percepção pública sobre questões sociais. Movimentos artísticos e culturais têm sido essenciais para aumentar a conscientização sobre desigualdades raciais, de gênero e econômicas.

A arte, a música e a literatura não apenas documentam experiências de opressão, mas também oferecem visões alternativas de um futuro mais justo. Como observou Davis (2005), "a cultura é uma arma poderosa na luta pela liberdade", capaz de inspirar e unir comunidades em torno de causas comuns.

A cultura serve como um espaço de resistência onde vozes marginalizadas podem ser ouvidas. Em um mundo onde as relações humanas muitas vezes são superficiais e temporárias, a cultura proporciona um sentido de pertencimento e identidade. Por meio de práticas culturais, indivíduos e grupos afirmam suas histórias e reivindicam seus direitos. Essa resistência cultural é especialmente relevante em contextos de globalização, onde a homogeneização cultural ameaça a diversidade e a singularidade das experiências locais.

As análises de Gilles Lipovetsky e Bauman enriquecem essa discussão ao destacar como a modernidade líquida e a sociedade de consumo impactam as relações humanas e a cultura. Bauman (2021b) argumenta que a fluidez das relações contemporâneas gera um estado de incerteza e superficialidade, onde as conexões são frequentemente descartáveis. No entanto, essa mesma fluidez pode abrir espaço para novas formas de expressão cultural e resistência. Assim, a cultura não é apenas um reflexo das tensões sociais, mas também um campo de batalha onde se dá a luta por significado e reconhecimento.

Destaca García Von Hoegen (2019) , que a cultura enfrenta desafios significativos em um ambiente dominado pelo consumo e pela mercantilização. A mercantilização da cultura pode diluir seu potencial transformador, reduzindo expressões artísticas a meros produtos de consumo. Isso levanta questões

importantes sobre a autenticidade e a integridade das práticas culturais. A luta por justiça social, nesse contexto, exige uma reavaliação crítica de como a cultura é produzida e consumida, além de quem realmente se beneficia dela.

A participação em atividades culturais pode ter um impacto positivo na coesão social e no bem-estar individual, onde as comunidades que investem em projetos culturais apresentam índices mais altos de satisfação e engajamento cívico. Isso sugere que a cultura não é apenas um meio de entretenimento, mas uma ferramenta vital para a construção de sociedades mais justas e solidárias.

A sociedade contemporânea apresenta um intrigante paradoxo: quanto mais consumimos, menos satisfeitos nos sentimos. Esse fenômeno é central nas reflexões de Lipovetsky (2019), que argumenta que a sociedade de consumo não apenas molda nossos desejos, mas também afeta profundamente nossa percepção de felicidade. A incessante busca por novos produtos e experiências tornou-se uma característica marcante da modernidade, criando um ciclo vicioso em que a satisfação é efêmera e a insatisfação se torna a norma.

No contexto do consumo, conforme Glaeser e Gottlabieb (2016) o conceito de felicidade é frequentemente distorcido pela publicidade e pela cultura do imediatismo ao revelar que os consumidores afirmam que a compra de novos produtos não proporciona a felicidade esperada, resultando em um sentimento de vazio e ansiedade. Essa pesquisa evidencia como a busca constante por novidades pode levar a um estado de frustração, onde a satisfação momentânea é rapidamente substituída pela necessidade de consumir mais.

A tecnologia desempenha um papel fundamental nesse cenário. O acesso instantâneo a informações e produtos gera uma expectativa de gratificação imediata, prejudicando nossa capacidade de valorizar o que já possuímos. Um relatório do cientista Dolan (2014) aponta que a exposição contínua a anúncios e promoções *online* impacta negativamente a atenção e a paciência dos consumidores, contribuindo para uma cultura de descartabilidade que afeta não apenas produtos, mas também experiências e relacionamentos.

Essa dinâmica de consumo incessante transcende a esfera individual, refletindo uma crise mais ampla na sociedade. O Estado nacional, incapaz de regular as forças do mercado e os fluxos informacionais, deixa os cidadãos vulneráveis a um ciclo de insegurança e ansiedade. A crise não reside na democracia, mas na capacidade do Estado de oferecer suporte significativo diante do crescente poder das corporações. Como Lipovetsky (2021) observa, o que nos mantém vivos é a imortalidade da esperança, uma esperança que muitas vezes se traduz na busca por bens materiais como substitutos da verdadeira felicidade.

O que Bauman (2020) define como "liquidez" reflete a dificuldade em estabelecer laços duradouros, resultando em um estado de insegurança emocional e social. As relações efêmeras são alimentadas pela cultura do descartável, na qual o valor das conexões humanas frequentemente se reduz a um mero produto de consumo, onde jovens adultos nos Estados Unidos enfrentam dificuldades para manter amizades duradouras, citando a mobilidade e a instabilidade emocional como fatores principais. Esse fenômeno não é restrito a uma região; ele se espalha globalmente, refletindo uma crise de vínculos que compromete a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas.

Essa superficialidade nas relações interpessoais tem implicações diretas na saúde mental, exacerbando sentimentos de isolamento e desamparo. Bauman (2020) argumenta que essa liquidez nas relações humanas está intimamente ligada à desigualdade social. À medida que as conexões se tornam mais temporárias, as pessoas se veem cada vez mais isoladas em suas lutas individuais, sem uma rede de apoio sólida. A desigualdade não é apenas econômica, mas também relacional.

Essas dinâmicas são particularmente evidentes em contextos urbanos, onde a mobilidade e a diversidade cultural podem tanto enriquecer quanto fragmentar as relações sociais. O conceito de "vagabundagem", discutido por Bauman (2021a), ilustra como a liberdade de movimento pode resultar em uma falta de raízes e pertencimento. Em cidades como São Paulo e Nova York, onde a densidade populacional é alta, muitos indivíduos experimentam uma vida de constantes mudanças, levando a um sentimento de alienação.

Nas questões sobre desigualdade e bem-estar, é essencial considerar como a modernidade líquida não apenas molda nossas relações, mas também impacta nossa percepção de felicidade e satisfação. A busca por experiências rápidas e descartáveis pode criar uma ilusão de conexão, mas, na realidade, deixa um vazio emocional difícil de preencher. A esperança emerge como um elemento essencial para superar esses desafios. Essa esperança deve ser acompanhada de ações concretas que promovam a construção de laços mais significativos e duradouros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da desigualdade e do bem-estar é um tema fundamental nas obras dos autores abordados, que nos oferecem uma perspectiva crítica para compreender as complexidades da sociedade atual. A intersecção entre desigualdade e bem-estar se revela, assim, um campo fértil para a reflexão, permitindo-nos questionar como as dinâmicas de consumo e a efemeridade das relações impactam a qualidade de vida das pessoas.

Um dos principais *visões* de Lipovetsky (2019) é que a sociedade de consumo, ao incentivar uma busca incessante por satisfação imediata, alimenta um ciclo de insatisfação que perpetua a desigualdade. A publicidade e as redes sociais estabelecem padrões de felicidade frequentemente inatingíveis, gerando ansiedade e insegurança, como dos jovens que sentem pressão para se adequar a padrões de consumo que não refletem sua realidade financeira.

Essa pressão não apenas intensifica a desigualdade econômica, mas também prejudica o bem-estar psicológico, criando um ciclo vicioso que se retroalimenta.

Bauman (2021b) apresenta o conceito de modernidade líquida, que descreve um mundo em constante transformação, onde as relações humanas se tornam superficiais e temporárias. Nesse contexto, a mobilidade e a tecnologia desempenham papéis cruciais. Facilitando conexões rápidas, mas muitas vezes desprovidas de profundidade emocional. Essa solidão, paradoxalmente, é um subproduto da modernidade líquida, onde a superficialidade das interações pode resultar em desconexão e desamparo.

As implicações dessas análises são profundas. A desigualdade não se resume à distribuição de recursos, mas abrange também o acesso a experiências significativas e relacionamentos saudáveis. O bem-estar, portanto, deve ser compreendido de forma mais ampla, englobando não apenas a satisfação material, mas também a qualidade das relações interpessoais.

A reflexão sobre a desigualdade e o bem-estar nos leva a considerar o papel da esperança em tempos de crise. Como mencionado por Bauman (2021b), "o que nos mantém vivos é a imortalidade da esperança". Essa esperança não deve ser encarada como uma mera abstração, mas como uma força ativa capaz de impulsionar mudanças sociais. A resistência e a luta por justiça social, conforme discutido nas perspectivas de Cornel West e Angela Davis, são expressões dessa esperança, demonstrando que, mesmo em um cenário de desigualdade, há espaço para transformação e reivindicação de direitos.

O futuro, conforme Hanari (2018), portanto, exige uma reavaliação das prioridades sociais e políticas. Precisamos de um novo paradigma que reconheça a interdependência entre desigualdade e bem-estar. Isso implica não apenas em políticas de redistribuição de renda, mas também em iniciativas que promovam a inclusão social e o fortalecimento das relações comunitárias. A criação de espaços de diálogo e interação, onde as pessoas possam estabelecer laços significativos, é essencial para contrabalançar os efeitos da modernidade líquida.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z.; LYON D. **Vigilância líquida**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2014.

BAUMAN, Z. **A Vida Líquida**. Editora Zahar. 2020.

BAUMAN, Z. **Globalização: As consequências humanas**. Ed. Zahar. 2021a.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Ed Zahar. 2021b.

BOURDIEU, P. **A distinção: Crítica Social do Julgamento**. Editora Perspectiva. 2020.

BRITVINA, I.; SHUMILOVA, P. Increasing social anxiety in the context of globalization of migration processes as a problem of international relations. In: **SHS Web of Conferences**, p. 07010. EDP Sciences. 2021.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Editora Paz e Terra. 2020.

CACIOPPO, J. T.; PATRICK, W. **Loneliness: Human nature and the need for social connection**. WW Norton & Company. 2008.

CHO, S.; CRENSHAW, K. W.; MCCALL, L. Toward a field of intersectionality studies: Theory, applications, and praxis. **Signs: Journal of women in culture and society**, v. 38, n. 4, p. 785-810, 2013.

CHUL HAN, B. **Sociedade do cansaço**. Ed. Vozes. 2015.

DAVIS, A.Y. **Abolition Democracy**. Open Media Series: Beyond Empire, Prisons, and Torture. Seven Stories Press, U.S. 2005.

DAVIS, A. Y. **Women, Race & Class**. Vintage Books. 2022.

DOLAN, P. **Happiness by design: Finding pleasure and purpose in everyday life**. Penguin UK. 2014.

EVANS, P. Fighting marginalization with transnational networks: Counter-hegemonic globalization. **Contemporary sociology**, v. 29, n. 1, p. 230-241. 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Editora Vozes. 2019.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Ed. Paz e Terra. 2021.

GARCÍA VON HOEGEN, M. A. Criação artística e corporeidade como ferramentas de coesão social e interculturalidade. **Cuadernos Inter. ca mbio sobre Centroamérica y el Caribe**, v. 16, n. 1, p. 26-45. 2019.

GLAESER, E. L.; GOTTLIEB, J. D.; ZIV, Oren. Unhappy cities. **Journal of labor economics**, v. 34, n. S2, p. S129-S182. 2016

HALLER, M.; HADLER, M. How social relations and structures can produce happiness and unhappiness. An international comparative analysis. **Social indicators research**, v. 75, p. 169-216. 2006.

HANARI, Y. N. **21 Lições para o Século 21**. Editora Companhia das Letras. 2018.

KOOL, V. K. *et al.* Technology and hedonism. **Psychology of technology**, p. 253-304. 2016.

KORSTANJE, M. E. Of tourists and vagabonds. In: **Of Tourists and Vagabonds in the Global South: Marginality and Tourism in Buenos Aires City**. Emerald Publishing Limited, p. 49-62. 2024.

LIPOVETSKY, G. **A sociedade da sedução: Democracia e narcisismo na hipermodernidade liberal**. Ed. Manole. 2019.

LIPOVETSKY, G. **A Era do Vazio: Ensaio sobre o Individualismo Contemporâneo**. Editora Companhia das Letras. 2021.

MAFFESOLI, M. **O Tempo das Tribos: O Declínio do Indivíduo na Sociedade de Massa**. Editora Vozes. 2021.

MIGUEL, C. *et al.* “Alone on the road”. Loneliness among digital nomads and the use of social media to foster personal relationships. **Media, Culture & Society**, v. 47, n. 3, p. 546-566. 2025.

MUNCK, R. **Globalization and social exclusion: A transformationalist perspective**. Kumarian Press. 2005.

REALISTA, J. R. C. G. **O Capital Social no Instagram: um estudo sobre o uso da rede social online nos jovens universitários**. Dissertação de Mestrado. ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa (Portugal). 2020.

TURKLE, S. **Alone Together**: Why We Expect More from Technology and Less from Each Other. Basic Books. 2012.

VASCONCELOS, D. A. L. *et al.* **Sociedade em pandemia (s):** entre utopias e distopias. 2021.

VARMAN, R. ; VIJAY, D. Dispossessing vulnerable consumers: Derealization, desubjectification, and violence. **Marketing Theory**, v. 18, n. 3, p. 307-326. 2018.

WEST, C. **Race Matters**. Beacon Press. 2021.

CAPÍTULO 3

RAÇA E GÊNERO: A EQUIPARAÇÃO DE IDENTIDADES NO DISCURSO CONTEMPORÂNEO

RESUMO

Este trabalho tem a função de mostrar que a diferença construída ao longo da História contra pessoas vulneráveis em torno da raça e do gênero possui suas similaridades em negligência de direitos, até que, na Ação Direta de Constitucionalidade por Omissão (ADO26) e do Mandado de Injunção (4733), equiparou-se pelo Supremo Tribunal Federal (STF) o crime de homotransfobia ao de racismo. Falar sobre a vontade da verdade na Análise do Discurso revelou-se, no transcorrer dos tempos, por autores militantes negros e da comunidade LGBTQIA+, pelo seu repertório performático, uma luta de militância que se une, no atual aspecto, a um futuro ainda sob perspectiva duvidosa. Isto posto, podemos dizer que os primeiros movimentos feministas e da comunidade LGBT não tinham pautas semelhantes e não abarcavam, pelo contrário, em muitos momentos, separavam os discursos da comunidade transgênera e negra. Mas o que seria esta verdade em sentido estrito? Os discursos possuem similaridades porque nem sempre foram bem recebidos em seus próprios movimentos sociais, e por isso se complementam, pela agressividade dos atos que

sofreram (sofrem) do ainda pseudocolonialismo racial e de gênero, especialmente em países mais vulneráveis em direitos como o Brasil, mas também sendo um fenômeno mundial e americanizado. Isso porque as questões de gênero motivaram a discursividade do ódio, da repressão, da prisão, do confinamento, da perturbação, da tendência à medicalização para os não falocêntricos e “normais”. Quando abordamos o termo racismo, estamos nos referindo a preconceitos de cor e de gênero, em especial contra as mulheres trans negras, como aquelas que buscam as cirurgias de transexualização.

INTRODUÇÃO

A curiosidade da pessoa que deseja reduzir o outro, e faz o jogo da censura, pode ter como resposta a gargalhada do saber e da resistência, de quem manda em seus corpos – os próprios sujeitos que possuem suas particularidades.

Desde a Antiguidade, o querer saber sobre a sexualidade do outro foi motivo de curiosidade, de espetacularização, em especial na mídia, entre os jornalistas. O mesmo se dá inclusive dentro do meio acadêmico, pois em muitas situações, o que o outro possui é mais importante do que seu próprio conhecimento em ciência, em demonstrar e estruturar diálogos de inclusão entre as pessoas.

Por que a academia ainda lida com pessoas de cunho homotransfóbico, e racista, e com isso se distancia em muitos momentos e circunstâncias do seu papel social de cientistas e sua propagação, eliminando de si os outros que podem contribuir

para a redução dos preconceitos institucionais, no mundo todo? É um fato que sempre irá existir, e quanto menos pessoas desta magnitude maior será a performatividade de uma ciência que se preocupa cada vez mais com a redução das desigualdades de gênero e raça, com os direitos das mulheres transgêneras e em combater qualquer injúria política e fascista.

As formas de dominação do sujeito no campo das sexualidades e da raça, como estigmas de governantes e governados, tendem à vontade de saber, ao modo de disponibilizar pessoas para o mercado pela procriação, para sustentar a cidade nas revoluções, nas dominações e nas conquistas imperialistas. Fato este que demonstra que as relações entre o macho e fêmea foram essenciais para a manutenção da dominação binária, sexista e racista desde os tempos da Antiguidade Clássica.

Trata-se de uma tentativa de construção da igualdade social, racial, das pessoas, do engajamento dos direitos humanos, de construção de políticas públicas em conjunto com governos. As ciências humanas, então, são vistas como um alicerce de ajuda para a construção de uma sociedade mais igualitária nos países desenvolvidos.

O poder econômico, nas linhas de análise de Fanon, Collins e Du Bois, está além do que se observa nas análises de Marx sobre as possibilidades de libertação, no âmbito endógeno do problema das estruturas que motivaram a colonização da África (Du Bois, 1897).

Mas por que ela foi colonizada? Segundo o psiquiatra e depois líder e militante, por existir no território africano a oportunidade de explorar as riquezas e tudo que há ou havia nos países de pessoas “incultas”, na visão europeia. Isso com o

propósito de fomentar a Revolução Industrial e depois explorar ainda mais, no sentido de vender aos colonizados os produtos manufaturados para a compra daquilo que lhes pertencia, sua matéria prima (Collins, 2016).

Sobre a questão do diálogo negro social, ocorreram as conferências de Bandung e as que estiveram em voga no início dos séculos XIX e XX, as quais tentaram dar maior visibilidade ao tema por meio da ciência de uma reconstrução da ideologia negra como sociedade inserida no novo contexto mundial.

Todavia, malefícios trazidos pela Conferência de Berlim, que dividiu a África conforme os interesses imperialistas sem respeitar culturas, identidades, espaços e o Ser de cada um, ainda geram conflitos entre nações em seus próprios territórios, com divisões pacíficas e outras com guerras civis, e o legado de não poder se definir conforme suas próprias identidades. Foi uma violência simbólica cometida em busca de razões egoístas, de conquista de riquezas, de quem se acha superior em razão de *status quo* ou por questões de cor de pele, resultando em identidades violadas (Mbembe, 2018).

As questões de gênero e raça entrelaçam as linhas de força e de poder, e ainda são um emaranhado de tensões, em que cabe à pessoa viver dia após dia em constante vigilância. No que tange às pessoas transexuais mulheres que querem realizar as cirurgias de transsexualização, em especial a de redesignação sexual, a sua performática tem sido mostrada como resultando em mortes no Brasil, em função de sua mera existência, por serem visíveis a olho nu.

Estes fatores demandam, por parte das políticas públicas, uma atenção conjunta em favor da comunidade trans e negra no Brasil, que se igualaram em direitos pelo ADO26 e pelo

MI 4733, sendo que em 2019, no STF, equiparou-se a homotransfobia ao crime de racismo, diante da inércia do Legislativo em elaborar e aprovar leis que defendessem as vidas da comunidade trans. Além disso, não faltam relatos de episódios sobre questões de preconceito pelo fato de uma pessoa ser negra ou trans, e histórias de privações que ainda persistem no que se refere a um apagamento na sociedade em que vivemos.

O IMPERIALISMO E A DOMINAÇÃO DA SUBJETIVIDADE DE CORPOS: RAÇA E GÊNERO

Conforme Faustino (2018), o trabalho escravo, quando ainda era legalizado, era visto como necessário, e os negros supostamente serviriam bem para o labor bruto pela força e porte físico que possuíam. Por muito tempo eles foram úteis para explorar os territórios em busca de matérias primas, como minérios (ouro, prata, cobre) para levar ao continente branco e dominante e ainda terem o “privilégio” de passar a comprar os produtos acabados de seus colonizadores para conseguirem sobreviver.

O pensamento de Fanon, de acordo com o autor citado, faz não apenas mencionar a necessidade de desarticulação do império branco, mas diz que a África, como por exemplo a Argélia, país onde residiu, poderia fazer ruir o domínio econômico, social e cultural da imposição europeia branca, não para mostrar qualquer outro tipo de superioridade, apenas para poder prosperar em uma sociedade construída com base nas características de seu povo, ao invés da imposição de uma cultura que se acha superior.

Lutas foram iniciadas, e no decorrer das décadas de 1940, 50 e 60, as colônias foram se “libertando” da denominação imperial, ao menos na teoria, tendo ainda dentro dos territórios desenhados por linhas brancas problemas de natureza étnica, cultural e econômica. Em alguns casos tais questões foram resolvidas pacificamente, com uma separação e divisão de nações, mas em outros ainda há guerras e mortes daqueles que vivem em um espaço no qual coabitam pessoas de culturas muito diferentes.

A libertação da África teve de ser realizada por meios legais ou pela guerra; não houve, por parte dos mais ricos países europeus, qualquer intenção de ajudar a construir nações com suporte socioeconômico, cultural ou com sustentabilidade alguma.

Restaram-lhes as ambições, por mais e mais territórios, por tratativas entre si para ver quem conquista mais terras, quem possui maiores riquezas, sem se importar com nada que diz respeito à dignidade das pessoas que ali viveram, sofreram e até hoje sofrem. Nada disso seria assim se não houvesse ocorrido o “roubo” europeu branco e a separação e imposição de demarcação territorial ali feita, que fazem perdurar os problemas culturais de toda natureza até hoje.

Os povos africanos possuíam atributos diferenciados pela sua estrutura física, com músculos evidentes e cor de pele distinta; a cultura eugenista acreditava possuir a autoridade de colonizar os seres menos favorecidos, dando-lhes cultura. De nada serviria aos africanos a aceitação que deveria ser pacífica ao serem colonizados, por exemplo, de poder falar o italiano, alemão, holandês, etc.

Pelo trabalho como psiquiatra, Faustino (2018)

desdenha o trabalho de Fanon como um conjunto de identificações psiquiátricas do ser humano e dos direitos humanos, no qual o africano negro era visto pelo europeu branco como uma figura de atributos diferentes, mas estigmatizado pela classe majoritária branca e rica – neste caso, “rico” é sinônimo de europeu e branco.

Faustino mostra pela relação do diálogo a desconstrução empírica do que a sociedade sempre construiu como verdade absoluta. Esta verdade, no entanto, é de certa forma tendenciosa, ao olhar em si a imposição de uma utopia eurocentrista, de natureza dominadora, na qual não há nada de inclusivo para as classes menos favorecidas, tais como negros, índios, transgêneros, refugiados, dentre outros.

É o olhar dominador que traz a representatividade dos que acham estar corretos, sem sequer terem pesquisado, bem como sem ter dado o devido valor à construção de conteúdo das minorais. É, portanto, uma verdade modificada, inventada, planejada de acordo com elites de poder que não são negras ou trans, que impõem uma construção histórica retaliada e carente de elementos básicos para entender as classes ditas como inferiores, que não tiveram voz sequer para sua defesa e expressão frente à elite dominadora construída sempre por burgueses que impuseram sua verdade (Faustino, 2018).

Na história das ciências humanas, em alguns países como no Brasil, com atenção especial à sociologia, vemos que nos séculos XVIII e XIX pensadores como Max Weber, Durkheim e Marx não se dedicaram ao estudo das sociedades para a criação de políticas públicas, para que se entendesse a real dimensão que merece a atenção de governos e da sociedade para a solução de problemas como renda, trabalho, Direitos Humanos.

Ao contrário, a elite sociológica se preocupava muito mais com temas como: modos corretos de a sociedade se comportar no aspecto da sexualidade e do matrimônio, o papel da mulher na sociedade europeia, a busca por novos mercados em continentes pouco evoluídos, como na África e na Ásia, com destaque para o imperialismo, sendo que os europeus redesenharam o mapa da África conforme sua vontade nos países conquistados – em especial colonizadores como a Itália, a Alemanha, a Holanda, a Espanha e a Inglaterra (Conell, 2012).

A obra de Patrícia Hill Collins (2016), “Aprendendo com a *Outsider Within*”, nos faz refletir sobre a submissão da mulher negra em vários aspectos da vida cotidiana, como a inserção no mercado de trabalho, no meio acadêmico e familiar, ou seja, aspectos naturais em qualquer sociedade civilizada. A autora traça cenários de marginalização de mulheres negras, com embasamento histórico, contrapondo a doméstica negra chamada de “mula” e a doméstica branca apelidada de “cachorra”.

Embora sejam dois animais, ou seja, ambos termos pejorativos, no cerne da sociedade a palavra “mula” remonta a um ser que não é domesticável, frente aos cachorros, que muitas famílias têm como animais de estimação – enquanto são muito raras as pessoas que tenham “mulas” de estimação.

Logo, até ao determinar apelidos de animais, se escolhe os mais pejorativos para as a mulheres negras, diferenciando-se dos apelidos dados a mulheres brancas, ainda que também dominadas pela submissão de trabalhar e cuidar dos filhos, ou de se abster do trabalho para se dedicar aos afazeres domésticos por imposição do homem.

Um segundo aspecto que a autora comenta é sobre as

mulheres negras serem vítimas de discriminação na academia e na sociedade, pois suas histórias de vida, nas quais participam de movimentos sociais, refletem no discurso estas diferenças e dialogam com outros ramos das ciências e da sociedade, em razão de viverem a situação em si, serem protagonistas da submissão e da dominação.

A pessoa que vive a discriminação, a indiferença, pode escrever textos dentro da academia sobre seu universo para combater, pelas experiências, os preconceitos, ou isso deve ser feito por outras pessoas que não sofrem as discriminações das diferenças? Por exemplo, os textos devem ser escritos por mulheres brancas heterossexuais que não sofrem a intolerância?

A mulher negra ou trans, ou a mulher negra e trans que sofre preconceito pode e deve escrever, narrar e publicar a discriminação sofrida por vários aspectos: primeiro, porque ela vive a discriminação em si; segundo porque ela possui as mesmas capacidades intelectuais para escrever para a Academia ou até maiores, pela sua vivência, que as mulheres brancas e cis, e não deveria sofrer nenhuma restrição.

Conforme Neves e Matos (2023), para Lombroso, o que se insere na criminologia como forma de dominar o que é aceito e não aceito, o negro e as pessoas de modos de ser diferentes como os transgêneros, quando equiparadas a raças inferiores, tinham menor propensão de existência de um controle social, em que a colonização brasileira, por exemplo, o Ser da pessoa era uma forma de ter voz ou de se calar.

Ainda que essas mulheres gerem conflitos e discordâncias ao serem ativistas e escreverem sobre outras mulheres de qualquer cor e gênero, ou ainda, escreverem sobre si mesmas e suas histórias para a Academia, isso gera valor à

sociedade – conhecer diálogos de inclusão como forma de redução de desigualdades de gênero e raça.

A obra de Collins (2016), com as descrições elencadas, é de fato inclusiva, e afirma que qualquer ativista que pertence a uma categoria institucionalizada inferior pode e deve escrever para a academia, não havendo nada que as impeça especialmente porque vivem a opressão. É diferente ouvir falar de sentir na pele; quem sente na pele está mais propenso a fidelizar com detalhes pontuais as torturas existentes. O movimento aborda mulheres negras, porém possui forte identificação com outros grupos de minorias que se sentem acolhidos como paradigma da situação da mulher negra na sociedade, embora em outros contextos.

Conforme entrevista à BBC News Brasil (2023), a filósofa Nancy Fraser diz que os movimentos sociais como o feminismo estão longe da realidade de inclusão de uma maioria nos dias atuais, e que atendem apenas a uma pequena parcela da população.

Destaca que não atendem aos anseios da maior parte das mulheres em razão de uma agenda neoliberal, e que poucas estão incluídas nestes grupos identitários que buscam pela via capitalista a redução do Estado, e prezam por riqueza, sem se importar com outras variáveis sustentáveis, como o meio ambiente. Esquecem-se de que o feminismo para a maioria engloba o conjunto de redução de desigualdades socioeconômicas e ambientais e a inclusão de todos em um mesmo grupo, o que para a especialista não é o que ocorre; há separações dentro de um mesmo movimento, movidas por diversos outros interesses que fogem à igualdade de gênero.

Com a particularidade de também serem torturados e

estigmatizados socialmente, e hoje de forma cada vez mais “descarada”, em razão da atuação de políticos de extrema direita, tendo seus direitos à livre expressão e a dignidade sobrepostos por ideologias majoritárias, pessoas negras e trans se sentem pertencentes ao mesmo grupo, o que luta contra a dominação imposta. A obra de Collins (2016) dialoga, no cenário estrutural brasileiro, em termos de raça e gênero, com os dados da ANTRA, sendo acontecimentos simultâneos e contemporâneos que convergem e podem estar juntos na luta contra as desigualdades.

O terceiro ponto a se analisar é que o movimento “Black Lives Matter” não surgiu no cerne central da sociedade mundial, após a morte de George Floyd pelas mãos de um policial branco. Esse movimento possui suas raízes muito além apenas de vidas negras, e no contexto histórico, vem sendo debatido com pouca ou nenhuma eficácia por parte das instituições que há dezenas de décadas tentam mudar a visão da polícia, transformá-la, isto quando se trata dos Estados Unidos, que é um exemplo de democracia no mundo.

A mudança de rumos para que a polícia americana tenha critérios claros, em âmbito nacional ou estadual, ainda é uma perspectiva em andamento no século XXI, sem qualquer previsão de mudança em suas raízes institucionais, que são baseadas em massacrar as minorias e ainda ter apoio de muitos (Collins, 2016).

Da mesma maneira, tende a haver uma forma, em países vulneráveis como o Brasil, de culturalizar as instituições de segurança pública na proteção e na solução de conflitos, desde a abordagem, pela primazia da dignidade humana, como em preservar vidas de pessoas negras e transgêneras.

Foucault (2020) dialoga com Mbembe (2018) quando ressalta a importância para a sociedade dos séculos XIX, em plena Revolução Industrial, da conquista imperialista de territórios na África, em busca de matérias primas, para eventualmente revender ao comércio local em forma de produtos aquilo que lhe fora expropriado.

Imperavam, na época da colonização africana, as noções da vocação familiar, do cuidado de si pelas práticas adotadas pela Igreja, que remontam ao período greco-romano. Para a formação da prole, era dispensável que o homem gastasse energia com práticas de masturbação; deveria guardar-se para atividades úteis, como a formação de uma família por meio do casamento com uma mulher, que pudesse gerar filhos para a manutenção do progresso técnico. Estes filhos seriam apropriados pela indústria para a geração de mais valia nos países desenvolvidos do norte da Europa, gerando riqueza ao burguês, que fora representado pelos aristocratas no período clássico e greco-romano, agora com novas nomenclaturas de designação do que poderia fazer e do que era interdito.

TÉCNICAS DE SI E O JOGO DA VERDADE NO PANORAMA DE GÊNERO E RAÇA

Foucault (2020) ressalta que o ser humano deve se abster de sonhos que na prática não lhe tragam benefícios, e que eles devem servir para que na vida sejam praticadas técnicas para o bem-estar da cidade, e de estar bem consigo mesmo de acordo com os códigos exigidos.

A liberdade de escolha presente no período greco-romano foi extirpada pelo domínio monástico, da exclusão, do viver e do morrer seguindo as condutas da confissão da igreja, do texto bíblico que se mescla ao *modus operandi* de seguir a vida, pois na era da dominação cristã, a interdição dos corpos leva a seu apagamento.

O objetivo era se casar, ter bons filhos, trabalhar, pagar impostos, se preparar para o jogo político para quem quisesse e possuísse aptidão, se abster dos prazeres que não fossem além da procriação com sua esposa, ter vida social aparente, ir à missa, se confessar e ser o mais discreto possível. Não se admitia a vida adúltera, como é até os dias de hoje aos olhos da sociedade.

Diferencia-se Foucault (2014) dos autores do período dos clássicos ao comentar sobre o cuidar de si. Na Antiguidade Clássica a vida era privada, e havia a relação da *phillia* entre amigos, traduzida pela relação entre dois homens, no cuidado da alma, no decifrar dos sonhos conforme Artemidouro, na relação ativa e passiva, em que não importava se era homem ou mulher e sim a posição na relação, que simbolizava a posição moral e social do indivíduo da época.

Na era cristã, o princípio é a subjetividade, a dominação, em que, se o sujeito não se submete às normas, ele é interdito em uma prisão como louco, doente, pederasta, e que deve estar longe da cidade, das fábricas, para não contaminar os homens de bem com seu modo de viver. Não é opção de vida e sim condição de vida para quem, seguindo as normas e reconvertendo a alma, terá a recompensa no pós vida, e deve se combater e viver o que está nas escrituras, contra a sexualidade pederasta – que não produz e conseqüentemente, não gera valor monetário, tampouco ajuda na conquista de povos

“incultos”.

No movimento “Black lives Matter”, criado há anos com o suporte da representatividade de décadas já existentes, não se combate nada de novo, apenas a manutenção do ódio e da militância que defende um Estado elitizado e sem minorias. O que os eventos mais recentes mostraram é o que ocorre de forma diária na sociedade americana e no mundo todo, dia após dia.

As práticas contra as minorias de raça e gênero levam à perda de sua dignidade por meio da violência física e psíquica, de modo que indenização alguma paga o que se sente na pele, seja ela da cor que for ou da raça que for. O poder econômico nas linhas de análise de Fanon, Collins, Du Bois e Mbembe está além do que se observa nas análises de Marx sobre as possibilidades de libertação no âmbito endógeno do problema das estruturas que motivaram a colonização da África (DU BOIS, 1897).

Conforme a tese doutoral de Jorge Leite Junior (2008), a definição do que é ser travesti ou transexual varia, desde a nomenclatura linguística até as teorias de classe de grupos militantes e das esferas médica e psicológica, nas quais nunca houve de fato um consenso de identificação, de como as pessoas gostariam de ser tratadas ao longo da abordagem sociológica. Uma possível resposta para esta situação é que cada travesti e transexual, além de ser diferente da visão heteronormativa, é singular em sua unicidade de vivências.

Nesse contexto, o cientista Leite Junior (2008), pesquisador das ciências sociais, nos auxilia a partir das reflexões de sua tese, na qual mostra a problemática da mudança dos corpos pela noção de uma “invenção” dos “travestis” e “transexuais” no discurso científico.

Com isso, a tese é direcionada para um trabalho de reflexão acerca da construção dos corpos, partindo da ideia antiga de hermafrodita (associação ao campo metafísico mágico) e chegando ao pseudo-hermafrodita, compreendido numa análise científica moderna. Outro ponto a ser analisado é a maneira pela qual o século XX confecciona a ideia da pessoa travesti ou transexual, e de que forma essa modificação sofreu a influência de uma visão psicopatológica.

Avançando para a modernidade/ contemporaneidade, essa noção mística que perpassou a história Antiga, como vimos na análise de Foucault (2014) construída pela interpretação de Leite Junior (2008), nos leva ao entendimento de que a luta pelo reconhecimento e pelo papel social da travesti na sociedade é árduo e longo, e não se reduz ao natural/biológico. Sobre isso, podemos ver que é apenas em 1950 que temos alguns dos primeiros estudos acerca da identidade dos travestis/transexuais, ou seja, acerca dos problemas que resultam na concepção de discutirmos a noção de identidade trans e sua inclusão na sociedade.

Do mesmo modo, vale salientarmos a maneira pela qual o transgênero, em sentido de transexualidade, foi durante muitos séculos analisado como um problema de enfermidade a partir de seu gênero. Bento (2008) diz que havia uma ideia de higienização da própria transexualidade ao associar o termo “travesti” à criminalidade, prostituição, loucura, pelo olhar abjeto da sociedade, e que a distinção foi sendo “borrada”; há mulheres trans hoje de classe média e operadas que se identificam como mulheres “travestis” pela força política, para se apropriarem do termo.

Menciona também a inserção positiva da travesti da Universidade, e o fato de que as cirurgias não se colocam mais

como condição para ser transexual, pois a genitália não diz respeito ao outro. Além disso, a penetração como forma única de Ser e de formar relações torna a pessoa mínima, nas convivências em que atrela a felicidade a um objeto, ao ver a vida ser reduzida a uma genitália, sendo que isto não diz nada sobre a identidade de uma pessoa, o fato de ter ou não ter um determinado órgão genital.

Silva Junior (2018) afirma que na abordagem de gênero, na diferença entre travestis e transexuais, existe por parte do primeiro grupo a maior aceitação de seu corpo. Gostam de ter os atributos corpóreos que possuem, e não buscam, em grande medida, a realização de cirurgias de mudanças corporais; é o que os separa do segundo grupo, no qual uma parcela muitas vezes mutila seus próprios corpos, pois sentem a necessidade de mudanças, entrando nas filas de acolhimento médico e psicossocial para realizar seus sonhos. Neste tempo de espera pelo acolhimento, ocorrem desistências, pois as pessoas descobrem que a mudança não era aquilo que pensavam ser, por meio da intervenção terapêutica e médica. Outras pessoas, em razão do tratamento, vão em frente até a realização das mudanças corpóreas.

O racismo e a transfobia vão além da questão de cor e gênero, no Brasil, devido à inércia do poder legislativo ao não ter uma lei específica contra o crime, e sendo o país mais letal em mortes e agressões a pessoas trans no mundo.

Em sessão plenária no STF, foi equiparada a transfobia ao crime de racismo, até que se crie uma lei específica para o assunto. Dada a inércia de um governo que nunca estabeleceu leis próprias para a criminalização da transfobia, o STF equiparou o crime, em 2018, à prática de racismo. Ainda, com a ascensão de um presidente que insultava transgêneros e negros

de forma não mais velada como antes, e sim direta, nas mídias sociais, o Brasil tendeu ao retrocesso em termos de direitos humanos, de acordo com os tratados internacionais, como o Pacto de San José da Costa Rica, no que tange aos direitos indisponíveis no combate à discriminação destas minorias, e principalmente no não matar, ou ao menos evitar que estas vidas cometam o suicídio.

O debate sobre a questão mundial da transfobia é desigual entre os países, com maior efetividade em termos de punição em países com democracias mais sólidas, além de movimentos sociais anti transfobia que vão às ruas por maiores liberdades e são vistas pelo poder público. É diferente do que ocorre o Brasil, onde manifestações desta natureza não causam o impacto de conscientização e a punição que se espera.

Os estudos de Bringel e Echart (2008) mostram a evolução da democracia ao longo da história por meio de lutas sociais, ainda que nem sempre os movimentos sociais promovam a democracia, porém, nas décadas contemporâneas, existe a incorporação de novos modelos e formas de luta que não sejam provenientes de uma única direção nas transições democráticas de seus atores: Estado, Economia e Instituições, por meio da existência de fronteiras, que são a ciência, o Estado-nação, a própria instituição e os movimentos em contexto histórico.

Citam exemplos de lugar geográfico, visto que todo movimento contra atos políticos enraizados existe por meio da razão, emoção e dentro de um contexto de lugar. O lugar pode modificar o próprio ato em si de militância. Por exemplo, como seria um movimento ativista na França e no Irã? Teriam a mesma reciprocidade pelo governo em termos de atender as reivindicações e do próprio aceite dos movimentos? Seriam

observados ou massacrados por meio da agressão policial?

Em seguida, o lugar é um fator da ciência geográfica que converge com as Relações Internacionais pelos atores internacionais da globalização que o mundo promoveu, pelas lutas de ativistas que se tornaram mestres e exemplos de luta e por meio de questionamentos da transição democrática como referência importante para os estudos modernos de movimentos sociais.

De acordo com Governo (2019), ter uma identidade com a qual a pessoa não se identifica, como por exemplo, uma pessoa que nasce homem e sente a necessidade de ser mulher para ser feliz, e em muitos casos necessita de cirurgias de transgenitalização facial, corporal e genital para se sentir bem consigo mesma, com seu corpo, é um ponto que distingue a pessoa trans de outras denominações da sigla LGBTQIA+. Para as pessoas trans, não há como esconder seus rostos e aparências existentes, e sua identidade é visada por grupos de agressores que matam por ódio.

Conforme dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra, 2022) foram registrados 151 assassinatos de pessoas transgêneras no ano de 2022, das quais 131 pessoas foram assassinadas das mais cruéis formas e modalidades, como a tiros, por agressão física, ou com armas domiciliares como facas, facões, tesouras, entre outras.

Os lugares são os mais diversos, predominando as suas próprias casas ou a rua, onde se dedicam à profissão de acompanhantes. Na esfera de estar em casa, são vítimas de algum membro do convívio, como namorados, através de relações tóxicas de ódio e pavor. Foram 29 suicídios, ainda que não tenha sido o ano com mais mortes na série histórica.

Em 2020, por exemplo, mesmo na pandemia, o número foi o mais alto, com 175 óbitos, diante de 140 no ano de 2021, o que fez do Brasil o recordista mundial de mortes e suicídios de pessoas transgêneras por catorze anos consecutivos, à frente de Estados Unidos e México, em ordem decrescente no *ranking*, elaborado em conjunto com a Transgender Europe (TGEU).

O perfil das pessoas mortas é predominantemente de cor preta, de baixa situação socioeconômica, que possuem baixos índices de escolaridade, na maioria mulheres trans que se destinam seus corpos à prostituição como forma de manter o seu próprio sustento e de suas famílias e filhos. A maioria está nas ruas pela ausência de políticas públicas de empregos destinadas a estas pessoas, sendo a rua a única solução.

O mercado de trabalho possui resistência em contratar pessoas trans pelo estigma social e socioestrutural da marginalização performática destes corpos, que são pré condicionados a opiniões negativas, sem se notar que são capazes de fazer qualquer tipo de trabalho que as pessoas cis realizam, bem como ausência de oportunidades para estudar e se qualificar, visto que muitas são expulsas de casa desde cedo e precisam trabalhar para se manter, sem saber se chegarão vivas ao final do dia. Trata-se da necropolítica baseada na crença de que são corpos matáveis; não tem direito nem mesmo à fala pelo preconceito que sofrem.

O Brasil também é líder em acessos à pornografia trans no mundo em plataformas do gênero, nas quais a categoria transgênero ou *transgender*, na *web*, cresceu 75% em buscas em relação ao ano anterior. O relatório aponta que pessoas entre 25 e 34 anos são as que tem maior propensão a ter acesso e consumir vídeos pornográficos trans. No assassinato das vítimas, percebe-se que antes de cometer o ato, existe o fetiche

pela morte de quem não está dentro das normas do poder e não deve ser sequer digno de luto; consomem pornografia e depois matam. Esse é o perfil de muitos destes assassinos.

O que salta aos olhos é que o Brasil é um país que carece de ter internet em geral, sem mencionar a qualidade da banda larga, rapidez e tecnologia nela veiculada, em que crianças e escolas, as mais pobres, sequer tem acesso, porém está à frente dos países mais ricos do mundo como Estados Unidos e Itália, com índices de Desenvolvimento Humano (IDH) muito alto, no consumo de pornografia trans. Não se vê o México, por exemplo, que possui situação similar à brasileira em termos de IDH, em posição sequer próxima.

Desta maneira, o Brasil, em termos de infraestrutura básica como educação e qualidade de vida, deixa a desejar em atender critérios de sustentabilidade e cultura, que exigem estar interconectado ao mundo digital, mas consome igualmente ou até mais que os mais desenvolvidos a pornografia trans.

Foucault (2011) menciona na “Coragem da Verdade” os exemplos da vida, como nos cínicos, que se consideram o tipo de conversão de conceitos e que se dizem alunos de Sócrates. Nas experiências do cínico a questão da verdade se volta a um momento de reflexão e de escape. A coragem da verdade despreza a manifestação a nível de princípios e sua cólera deve ser enfrentada na abertura política.

Diz que o cinismo sobreviveu a todo o século XIX e advém de uma apresentação de uma vida que pode destruir os hábitos de verdade, porém, sendo uma arte de viver, o escândalo cínico pode se transformar em uma conversão filosófica e pela própria experiência religiosa.

Separa o cinismo filosófico do religioso, no qual deve se buscar a verdade e salvar a alma para a eternidade em outras formas de verdade, experiências de espiritualidade cristã filosófica, em que se recorre aos cínicos e a Platão.

Pelo conhecimento, em Foucault, pela sua produção de potencializar uma razão política e de afirmar que não se pode pensar apenas em política, *épistémè* e virtude são coisas unidas, em que existe a ética de um forte elitismo aristotélico.

Quem deveria governar a cidade eram os sábios virtuosos, que podem chamar pelo reconhecimento da sua conduta em serviço do outro e que estão na cidade pelo reconhecimento de sua sabedoria. Estruturas como o capitalismo estão intrínsecas à própria forma de governo, que tinha desde a época Antiga da democracia os próprios interesses ao usar a fala, ao fazer e ter técnicas de apoio a grupos de seus interesses, não pelo bem comum na sociedade.

Com isso, advém as desigualdades sociais e econômicas e uma sociedade de classes em que muito poucos tem, em termos econômicos; poucos possuem o domínio da acumulação capital para si, e não o usam pelo bem comum de forma geral.

Podemos entender que o pós colonialismo europeu, na conquista de povos “incultos” na África, em sua dominação e tortura, mostra a indiferença aos seres diferentes de si. As pessoas eram parte de sua dominação, e a África foi “esquartejada” por mapas em que nem sempre as linhas, traçadas por europeus, diziam respeito à identidade daqueles países, sem que o interesse principal fosse o interesse dos povos daqueles territórios delimitados.

Em suas origens, coexistiam conflitos de natureza religiosa, étnica, de propósito, de grupos, rompendo sua cultura, tradição e objetivos, que não eram importantes para os colonizadores. O que importava para os europeus era o ponto de vista comercial e político daquilo que lhes convinha. Poderiam ter sido evitadas muitas das guerras que se deram em virtude de religião, etnias, grupos sociais, mas essas questões interessavam apenas aos territórios africanos; eram eles que deveriam ter tido a chance de escolher e ter possuído a autonomia na diplomacia do continente africano, para delimitar territórios e separá-los ou não. Na realidade, foram submetidos à imposição capitalista de alemães, italianos, espanhóis, portugueses, holandeses, belgas, franceses, britânicos etc.

Nas grandes universidades americanas e britânicas o pensamento era nítido na defesa da necessidade do imperialismo na África. No pós colonialismo esta vertente de pensamento foi incorporada e aceita pelos países com maior poder econômico e bélico da Europa, conforme Mbembe (2018).

Incorporaram-se aos movimentos contra a desigualdade várias correntes a partir dos anos de 1950 para se manifestar contra as injustiças, e com a eleição de Barack Obama, as conquistas dos dominados tiveram ganhos, ao finalmente haver um presidente negro nos Estados Unidos, embora apenas isso não tenha conseguido acabar com as diferenças, pois elas estão enraizadas dentro da sociedade. Ainda assim, foi um avanço a eleição de Obama nos Estados Unidos, assim como a derrota de Trump em 2020, após a manutenção de uma extrema direita, semelhante ao que houve no Brasil, e também após o histórico do país com as políticas de segregação racial e contra imigrantes, refugiados e ausência de políticas de apoio a transgêneros.

Silva Junior (2018) analisa a mudança e a necessidade de intervenção cirúrgica para pessoas trans, para que se sintam bem em suas vidas, inclusive para ser uma mulher, para que possa se ver como mulher e se desejar, possa participar de eventos, como por exemplo, o Miss Trans. Ou seja, por meio inicialmente da assistência médica e social, as pessoas deste grupo podem e devem ser respeitadas e ter uma vida normal, como a de quaisquer outras mulheres, sem sofrer distinção e discriminação por um dia terem nascido homens.

Trata-se de uma área de estudo ainda pouco explorada nos dias atuais, na qual se tem algumas tendências, porém não unívocas e voltadas ao bem comum do sujeito, e na qual cada classe tem sua linha de pensamento, frequentemente despreocupados com os vários tipos de sujeitos trans que existem. Essa omissão gera a falsa impressão de que tudo está bem e não há mais nada a ser estudado.

Um estudo comparativo dos centros internacionais que realizam cirurgias de redesignação sexual, mais popularmente conhecidas como “mudança de sexo”, ou na sigla inglesa “GRS”, foi publicado anteriormente. Esta pesquisa relatou padrões e políticas utilizadas em diversos países localizados na Europa e na América do Norte. Hoje, o acolhimento cirúrgico (assim como toda a parte de acolhimento à saúde transexual) é padronizado nos hospitais universitários e baseia-se nos padrões de cuidados específicos, cujos parâmetros são publicados por diversas revistas internacionais como a Associação Profissional Mundial para a Saúde Transgênero (Wpath, 2012).

De acordo com Santos e Silva (2023), a universidade tem papel central na erradicação e na formação de uma sociedade mais plural e inclusiva, por meio da formação e do rompimento de dogmas arcaicos, de modo que as pessoas

possam refletir com o auxílio de especialistas nestes espaços e passar a transmitir conhecimento nos grupos em que convivem. Também a escola, e em especial a universidade pública, são detentoras de conhecimento e podem tentar dialogar diretamente com a população, pois abrigam os especialistas que podem acrescentar no saber-fazer das relações, por meio do discurso, de forma que as pessoas possam ter um novo olhar sobre si mesmas e sobre os outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao equiparar o conceito de raça à condição das pessoas transgêneras para minimizar atos de discriminação, mesmo não sendo a cor o objeto principal do ódio quando se percebe a discriminação da pessoa trans, foi a decisão mais legítima até hoje que se adotou pela Suprema Corte brasileira, mesmo que muitos teóricos digam que há mistura de elementos de cor e raça. Os transexuais foram qualificados como pertencentes a uma mesma “raça”. Isso é melhor que ausência jurídica, dada a carência de preocupação com suas vidas pelo Estado brasileiro.

Podemos dizer, em linguagem de senso comum, que venderam a África, venderam o que lhe foi roubado, em espécie monetária, além de não lhe ter sido permitido de forma soberana escolher seu próprio espaço, sua cultura, suas conquistas, sua ciência, seus dogmas. Se não houvesse ocorrido a divisão imperialista imposta, os territórios poderiam ser mais diferentes e humanos, mas foram definidos conforme os padrões dos donos dos territórios e divididos pela ganância.

Foi tirado do povo africano o direito de construir suas próprias identidades, de forma que até hoje muitos povos sofrem com guerras civis e conflitos dentro de um mesmo território, o que poderia ter sido evitado, assim como os longos anos de batalha para se libertarem do imperialismo branco europeu.

São estudos de raça, como o de Du Bois, que afirmam que apenas a educação pode transformar o mundo na diferença. Podemos dizer que a educação do cotidiano e a acadêmica são ambos caminhos para que um povo possa entender suas origens, sua história, pesquisar por meio da cultura e do patrimônio os espaços e os acontecimentos de suas pátrias e propor não apenas teorias, mas práticas contra o racismo, a transfobia, a homofobia, e a favor da liberdade estrutural, para que todos possam ser iguais.

Du Bois inspirou líderes como Martin Luther King e muitos outros na África, provando que o fenótipo não pode fazer uma classificação de bem e mal, melhor e pior, e que os negros e sua cultura possuem singularidades suas, igualmente às europeias, asiáticas e americanas (Silvério; Santos e Costa, 2020).

O autor com seus títulos, como o de primeiro negro com pós-doutorado na Universidade de Harvard, motivou adolescentes negros, da periferia americana e de fora dos Estados Unidos, a buscar a educação como forma emancipatória de entender o racismo e o ódio no contexto histórico e estrutural, não pela aceitação passiva, mas a fim de lidar com ele. Desenvolveram-se os meios respeitosos aos Direitos Humanos de combatê-lo e a teórica de Chicago, com exceções, foi excludente ao mostrar uma História negra em segundo plano, de dominadores e dominados.

Uma área de estudo pouco explorada nos dias atuais, na qual se tem tendências, porém não unívocas, se volta para o bem comum do sujeito – cada classe com seu pensamento – e tende a estar despreocupada com os vários tipos de sujeitos trans que existem. A omissão gera uma impressão de que tudo está bem e não há mais nada a ser estudado, uma impressão equivocada.

REFERÊNCIAS

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Dossiê. **Assassinatos e Violências contra Transexuais e Travestis Brasileiras em 2022**. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2023.

BBC NEWS. **Feminismo Atual é Voltado a uma Minoria Privilegiada, diz Filósofa Feminista**. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv211rld5ggo>>. Acesso em: 02 jul. 2023.

BENTO, Berenice. **O que é Transexualidade?** São Paulo: Editora Brasiliense. 2008.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das " fronteiras". **Caderno Crh**, v. 21, p. 457-475, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300004&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CIAPUSCIO, Guiomar Elena; KUGUEL, Inés. Hacia una tipología del discurso especializado: aspectos teóricos y aplicados. In: **Texto, terminología y traducción**. 2002. p. 37-74.

CONNELL, Raewyn. **O Império e a Criação de uma Ciência Social Contemporânea**. ISSN: 2236-532X v. 2, n. 2 p. 309-336 jul.–dez. 2012. Disponível <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/85/50>>. Acesso em 06 mai. 2022.

COLLINS, Patrícia. Hill. Aprendendo com a *Outsider Within*: a Significação Sociológica do Pensamento Feminista Negro. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31, Número 1, janeiro/abril 2016. Disponível <<https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLV Mn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 14 jun. 2022.

DU BOIS, W. E. B. Strivings of the Negro People. **The Atlantic**, 1897. Disponível em:<<https://cdn.theatlantic.com/media/archives/1897/08/80-478/131953250.pdf>> Acesso em: 29 abr. 2022.

DU BOIS, W. E. B. To the Nations of the World. **Blackpast**, 1900. Disponível em:<https://warwick.ac.uk/fac/arts/english/currentstudents/undergraduate/modules/fulllist/second/en213/jun.abus2017-18/dubois_tothenations.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

FAUSTINO, DEIVISON MENDES. FRANTZ FANON:: CAPITALISMO, RACISMO E A SOCIOGÊNESE DO COLONIALISMO. **SER SOCIAL**, V. 20, N. 42, P. 148-163, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14288/12963>. Acesso em: 06 mar. 2022.

GOVERNO. **Resolução N. 2265 de 20 de setembro de 2019.**

Dispõe sobre Cuidado Específico à Pessoa com Incongruência de Gênero ou Transgênero e Revoga a Resolução CFMnº. 1995/2010. Diário Oficial da União. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294>>. Acesso em 12 jul. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber.** Rio de Janeiro: Editora Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A Coragem da Verdade.** O Governo de Si e dos Outros II. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II.** Os prazeres da Carne. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III.** O Cuidado de Si. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020.

LEITE JUNIOR, Jorge Leite. Nossos Corpos também Mudam: Sexo, Gênero e a invenção das Categorias “Travesti” e “Transsexual” no Discurso Científico. **Tese doutoral apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da PUC-SP.** Cidade de São Paulo, SP, 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica. Bipoder, Soberania, Estado e Exceção.** Política de Morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

DAS NEVES, Cleuler Barbosa; MATOS, Gisele Gomes.

CRIMINOLOGIA DO PRECONCEITO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-LEGISLATIVA DO BRASIL COLÔNIA À PRÉ-ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA. *Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR*, v. 26, n. 1, p. 74-98, 2023. Disponível em:<<https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/juridica/article/view/941/4581>>. Acesso em: 01. mar. 2023.

SANTOS, J. R. R.; SILVA, J. O. Falácia Democrática: Uma Reflexão sobre o Paradigma Estrutural Brasileiro. *Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR*, Umuarama, 2023. Disponível em:<<https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/juridica/article/view/9341/4553>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SILVA JUNIOR, A. L. **Feminização, Estigma e o Gênero Facializado**: A Construção Moral do Gênero Feminino por meio de Cirurgias de Feminização Facial para Travestis e Mulheres Transexuais, 2018. Disponível em:<https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/sausoc/v27n2/1984-0470-sausoc-27-02-464.pdf> Acesso em: 14 out. 2022.

SILVÉRIO, V. R.; SANTOS, H. E.; COSTA, F.O. Racismo Acadêmico e Formação das Ciências Sociais na América: W.E.B. du Bois e a interseccionalidade entre Ciência e Política. *Revista da ABPN* v.12, nº 32. Curitiba, 2020. Disponível em:<<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/891/824>>. Acesso em: 01. fev. 2022.

WPATH. World Professional Association for Transgender Health. **Normas de Atenção às Pessoas Trans e com Variabilidade de Gênero**, 2012. Disponível em:

<https://www.wpath.org/media/cms/Documents/SOC%20v7/SOC%20V7_Portuguese.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2020.

SOBRE O AUTOR

Doutor e Pós Doutor em Geografia. Mestre em Linguística e Língua Portuguesa, possui interessa em temas como: Direitos humanos, Análise do discurso, Gênero e sexualidade.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5374-8475>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6409702142500422>

Email: juniortoni100@gmail.com